

Farid Aneur

# Guerra da Secessão



**GUERRA DA SECESSÃO** – Guerra civil que explodiu em 1861 nos Estados Unidos e dividiu a América entre o Norte progressista, industrializado e liberal e o Sul escravista, conservador e agrícola. Entre suas várias causas econômicas, políticas, históricas e sociais, é considerada a principal a abolição da escravatura. O conflito consumiu 620 mil vidas de soldados americanos e terminou em 1865, contabilizando também enormes perdas materiais. A eleição de Abraham Lincoln e suas ideias abolicionistas e liberais precipitou

Farid Ameer

# Guerra da Secessão

*Tradução de* DENISE BOTTMANN

[www.lpm.com.br](http://www.lpm.com.br)

**L&PM** POCKET

## INTRODUÇÃO

Episódio determinante da história dos Estados Unidos, a Guerra da Secessão marcou profundamente a consciência dos americanos e até hoje assombra sua memória coletiva. Em abril de 1865, após quatro anos de luta fratricida, a vitória total do Norte não só salvou a União, como também lhe deu um caráter indestrutível. Das cinzas da Confederação e da sociedade escravista do Sul nasceu um país unido e consciente de seu destino. Assim, ao consagrar definitivamente a unidade da nação americana, essa guerra marca com nitidez a primeira etapa de sua elevação ao nível de superpotência.

Frequentemente pouco conhecidos em muitos países, esses acontecimentos deixaram na mentalidade coletiva dos Estados Unidos um grande número de lembranças, dolorosas e dramáticas, que ainda hoje fazem vibrar o coração e inflamam a imaginação. Decorridos quase 140 anos desde os fatos, os túmulos estão sempre floridos, os campos de batalha são mantidos cuidadosamente, os episódios marcantes da crise são ativamente comemorados. Portanto, não admira que personalidades lendárias como Lincoln, Lee e Grant ocupem um lugar primordial no panteão dos heróis americanos.

Ora, apesar do mosaico de interpretações que nos são apresentadas desde o final das hostilidades, a gênese e as diversas peripécias da secessão continuam a suscitar perguntas. Por que a construção dos “Pais Fundadores”, tão louvada pelo liberalismo de suas instituições, oscilou a ponto de ficar em risco mortal? Por que os americanos, surpreendidos em pleno crescimento, vieram a se dilacerar numa atroz guerra civil? Foi a escravidão o motor da desunião? Em suma, são muitos os pontos que precisam ser examinados à luz dos últimos dados de pesquisa para explicar claramente o maior confronto ocorrido em solo americano.

Por fim, a grande questão consiste em perguntar por que o raciocínio e o espírito de conciliação dos contemporâneos tiveram de ceder lugar ao ódio e obrigaram irremediavelmente os Estados Unidos a se entregar ao destino das armas durante aqueles quatro anos fatídicos.

## CAPÍTULO I

### A “CASA DIVIDIDA”

Os Estados Unidos de 1860 são uma potência em formação. Sustentada por importantíssimas correntes migratórias vindas do Velho Continente, sua economia floresce principalmente graças aos produtos de terras férteis e imensas. O sistema político americano, erigido em exemplo pelos liberais da Europa, continua a ser o modelo de aplicação da democracia para todos os desiludidos de 1848<sup>1</sup>. Apesar disso, a União descobre com assombro sua surpreendente fragilidade à medida que as múltiplas soluções de compromisso que haviam presidido a seu nascimento já não conseguem conter os graves antagonismos que contrapõem as duas “seções”<sup>2</sup> do país. Entre o Norte, ponta de lança da indústria e do progresso, e o Sul, terra de eleição de uma sociedade patriarcal e agrária fundada na escravidão, a separação já se delinea no horizonte.

#### I. Os Estados Unidos em meados do século XIX

**1. Uma nação em pleno crescimento** – De 1789 a 1860, o território ocupado pela União passa de 2 milhões para quase 8 milhões de quilômetros quadrados. À exceção do Alasca e do Havai, os Estados Unidos atingem suas fronteiras atuais. Impelidos pelo movimento irresistível do “destino manifesto”, os americanos de fato acabam de incorporar imensas extensões de terras cujas riquezas permitem prever um imenso êxito. Sucessivamente, o território da Luisiana – na verdade, as Grandes Planícies – em 1803, a Flórida em 1819, o Texas em 1845, o território do Oregon em 1846, a Califórnia e o sudoeste das Montanhas Rochosas em 1848 unem seus destinos à jovem nação independente desde 1783.

Nascendo das treze colônias que se insurgiram contra a Inglaterra em 1776, os Estados Unidos contam em 1860 com 31 estados, distribuídos desde o litoral atlântico até a costa do oceano Pacífico, no sentido leste-oeste, e da fronteira do Canadá até a fronteira do México, no sentido norte-sul. Além disso, a maioria dos espaços recém-conquistados, organizados em territórios, estão abertos à colonização e aguardam uma valorização inicial que lhes permitirá, um dia, ascender ao grau de estado federado. Em suma, o país já possui uma dimensão continental.

Na primeira metade do século XIX, expansão territorial e crescimento demográfico andam lado a lado. Em 1790, no primeiro recenseamento, há 4 milhões de americanos. Passados os primeiros tempos do povoamento, o ritmo acelera-se de maneira espetacular. Em 1840, contam-se 17 milhões de habitantes e o número aumenta para 31,5 milhões em 1860. Assim, no espaço de apenas vinte anos, os Estados Unidos praticamente dobraram sua população.

Sem dúvida, o crescimento natural é um dado fundamental para

compreender a evolução. Contudo, há um fator importante que explica quase sozinho esse fenômeno: a imigração. Ano após ano, ondas ininterruptas de imigrantes vêm procurar no Novo Mundo o pão, a paz e a liberdade que a espantosa vitalidade dessa terra prometida parece garantir-lhes. Expulsos da Europa pela guerra, pela miséria e pelas perseguições, 5 milhões deles cruzam o Atlântico entre 1815 e 1860 para se estabelecer definitivamente em solo americano. Desse total, 3 milhões entram nos Estados Unidos entre 1845 e 1854, sendo 55% provenientes das Ilhas Britânicas – principalmente irlandeses fugindo do empobrecimento de seus campos após a praga que arruinou o plantio da batata – e mais de 30% dos países de língua alemã. Assim, às vésperas das eleições presidenciais de 1860, os imigrantes constituem uma soma de 9% da população total. É inegável que, muitas vezes, esses recém-chegados tornam-se proletários urbanos superexplorados e miseráveis das grandes cidades do Nordeste. No entanto, pela mão de obra e pelo mercado considerável que oferecem aos produtores, eles participam de maneira significativa na saúde da economia e em seus rumos de industrialização acelerada.

Nas primeiras décadas do século XIX, tem-se uma arrancada econômica que garante aos Estados Unidos perspectivas de desenvolvimento muito promissoras, tanto mais que o mercado americano parece inesgotável. Não faltam em suas terras ricas e férteis os recursos necessários para uma atividade fecunda. Da pecuária à lavoura de cereais, sua agricultura, ao mesmo tempo moderna e comercial, gera safras de primeira qualidade, que os fazendeiros sonham em estender aos novos territórios do Oeste. Suas reservas agrícolas, longe de se limitar apenas ao consumo interno, são especialmente adaptadas ao comércio internacional. De 1820 a 1860, entre 81 e 84% das exportações consistem em produtos do setor primário. O trigo do Meio-Oeste, o milho plantado na região dos Grandes Lagos e sobretudo o algodão das fazendas do Sul são muito apreciados pelos negociantes europeus.

Embora a agricultura seja a atividade dominante da época, mesmo assim ela registra um relativo recuo diante da eclosão de uma vigorosa indústria americana, definitivamente liberada da tutela do Velho Mundo.

Nascida na Nova Inglaterra desde o final do século XVIII, a verdadeira industrialização só adquire toda a sua amplitude nos Estados Unidos a partir dos anos 1840, quando a abundância de mão de obra conjuga-se com as diversas inovações técnicas e com os extraordinários progressos realizados no setor de transportes. A partir daí, o empreendedorismo e a preocupação com a rentabilidade dos grandes industriais permitem que a metalurgia, o setor têxtil e o setor mecânico avancem a largos passos, ainda mais com a instauração de um regime alfandegário protecionista. Entre muitas outras invenções, o revólver de Samuel Colt em 1836, o telégrafo elétrico de Samuel Morse em 1844, a colheitadeira de trigo de Cyrus McCormick em 1834 e a máquina de costura aperfeiçoada por Isaac Singer em 1851 dão provas da engenhosidade americana. Durante a Exposição Universal de 1851 em Londres, as máquinas do Novo Mundo causam sensação, em especial o novo sistema de fabricação com peças separadas e substituíveis com que são montadas.

Assim, apesar de uma relativa instabilidade bancária, particularmente

aguda nas crises de 1837 e de 1839-1843, tudo justifica o otimismo. Logo antes de eclodir a guerra civil, o valor da produção industrial já representa 39% da produção total, ou seja, uma fase de crescimento de cerca de 7,8% ao ano.

Última consideração digna de nota, e não das menores: a “febre dos transportes” atinge seu apogeu entre 1830 e 1860. Graças à rede bastante desenvolvida de barcos a vapor, canais e ferrovias que ela cria ou aperfeiçoa, essa revolução dos meios de comunicação traz três grandes consequências. Primeiro, ela evita o desmembramento do vasto território federal. Segundo, a redução do custo de frete e dos prazos de remessa estimula a circulação de bens e pessoas. Terceiro, os gêneros alimentícios do Oeste passam a ter fácil vazão para o Atlântico, o que garante os anos dourados de portos como Nova York, Boston e Nova Orleans.

Em 1860, portanto, os Estados Unidos já não são a nação distante e insignificante que eram logo após a independência. Esse crescimento explosivo permite que os americanos tomem consciência de seu poderio e lhes dá confiança no futuro, mesmo que agora a unidade se esfacele e o sentimento nacional ainda esteja em seus primeiros balbucios.

**2. Um sistema político viável?** – A federação dos Estados Unidos da América é regida pela Constituição de 1787. O sistema político, caracterizado pela separação dos poderes e por um delicado equilíbrio de pesos e contrapesos, garante sua estabilidade. Em qualquer circunstância, no ano bissexto de cada quadriênio, os americanos elegem um presidente, detentor do poder executivo. Um congresso bicameral, formado pelo Senado (dois delegados por estado, eleitos por seis anos) e pela Câmara de Deputados (membros eleitos por dois anos, em número proporcional à população dos estados), legisla respectivamente em nome dos estados e do povo representado. Por fim, um Supremo Tribunal vela pela constitucionalidade das leis federais e das leis estaduais. Em nível local, o estado federado, organizado com a mesma estrutura e sob a autoridade de um governador, recupera todas as atribuições que o texto fundamental não delega expressamente ao governo federal.

O regime americano é o primeiro exemplo de federalismo aplicado. Em suma, os Estados Unidos são consagrados por instituições livres e democráticas. Em 1791, a adoção do *Bill of Rights* [Declaração de Direitos] veio a garantir claramente as liberdades individuais e públicas de todo cidadão. Nessas condições, entende-se melhor por que a jovem república desde cedo aparece como modelo aos olhos dos reformadores europeus desiludidos com a derrota dos movimentos liberais de 1848.

No entanto, pode-se discernir facilmente na trama da vida política americana alguns sinais precursores de desunião. Desde a adoção da Constituição, especialmente vaga na matéria, os americanos indagam-se sobre a natureza das relações entre os estados e a União. A lei da nação é superior à dos estados proclamados soberanos? Um estado tem o direito de rescindir o pacto federal se considerar que seus direitos e interesses estão sendo lesados? Desde a sua época, jeffersonianos e hamiltonianos já divergiam sobre esse ponto crucial. Além disso, na primeira metade do século XIX, por duas vezes há ameaças de secessão. A primeira, ao final da guerra de 1812-1814 contra o Reino Unido,

provém dos estados da Nova Inglaterra, principalmente de Massachusetts e de Connecticut, com o intuito de protestar contra o belicismo do presidente virginiano James Madison, que opera contra seus objetivos comerciais. O segundo alerta, muito mais sério, ocorre em 1832, quando a Carolina do Sul nega-se a aplicar a tarifa protecionista que afeta sua economia de exportação e beneficia os grandes industriais do Nordeste. O estado sulino, porém, acaba cedendo à enérgica pressão do presidente Jackson.

Se, por um lado, a União sobrevive a esses incidentes de percurso, por outro lado eles indicam claramente as tensões que se agravam no cerne da jovem nação americana. Os americanos identificam-se de forma cada vez mais enfática com sua cidade, seu condado, seu estado ou, no máximo, com sua “seção” de origem (Norte, Sul, Oeste). O sentimento nacional ainda é embrionário: por exemplo, se é orleanense, luisianense e sulista de coração e espírito antes de ser americano. Isso indica que a unidade é frágil e que a oposição congênita entre o Norte e o Sul é um risco a se temer.

**3. Do Norte ao Sul: dois mundos opostos** – Entre os dois lados da linha Mason-Dixon, que tem o nome dos dois agrimensores ingleses encarregados de arbitrar, em 1763, uma disputa de fronteiras entre a futura Pensilvânia e Maryland, de fato se estabelece uma fenda irreversível em pleno coração do território federal.

O norte e o sul dos Estados Unidos opõem-se em todos os aspectos, primeiramente por razões climáticas. Na parte setentrional, a corrente fria do Labrador não permite grandes riquezas agrícolas, ao menos na Nova Inglaterra. Assim, seus habitantes dedicam-se principalmente às atividades mercantis e industriais, ainda mais que a chegada de um grande número de imigrantes na área atende às necessidades de mão de obra. Inversamente, os estados do Sul gozam de um clima mais propício. O calor meridional permite que os sulinos dediquem-se em larga medida às culturas intensivas de algodão, fumo e cana-de-açúcar. O uso dos escravos negros para realizar os trabalhos agrícolas e domésticos certamente não é generalizado, mas continua a ser o contraste mais visível entre a “Dixieland” e a “terra ianque”<sup>3</sup>

Do Norte ao Sul, dois modos de vida também radicalmente opostos contribuem para moldar mentalidades e comportamentos “seccionais”. Em suas *Lettres sur l'Amérique du Nord*, publicadas em 1836, Michel Chevalier já se mostrara surpreso com o profundo antagonismo de costumes, instintos e interesses entre “o ianque e o virginiano”. Alexis de Tocqueville, em *A democracia na América*, também faz observações semelhantes. De fato, há uma profunda distinção entre a América rural e aristocrata, de um lado, e a América dos negócios, da indústria e do lucro, de outro.

A sociedade sulina, patriarcal e agrária, pretende ser o reflexo puro do ideal jeffersoniano que reivindica uma certa ociosidade, um gosto refinado pela cultura do espírito, das virtudes cavaleirescas ou guerreiras, do civismo – em suma, uma atração bastante clara pelas elites aristocráticas europeias. Tingida de saudosismo, ela está decididamente voltada para as suas tradições. Baseia-se sem dúvida na escravidão, que alicerça as fortunas e as hierarquias. O modo de vida funda-se no trabalho de milhões de escravos nas fazendas de algodão, fumo,

arroz e outras culturas tropicais. Dominada por uma minoria de fazendeiros ricos, a sociedade está, de fato, tão cristalizada que não oferece esperanças aos agricultores independentes (*yeomen*) nem aos “pequenos brancos” do Sul, que cultivam a terra com as próprias mãos, de vir algum dia a ascender na escala social.

No Norte, onde a escravidão não chegou a se implantar (embora se encontrem escravos no Delaware e no Distrito de Colúmbia), os dados são quase totalmente opostos. No século XIX, a região ao norte da linha Mason-Dixon torna-se cada vez mais uma sociedade fundada na liberdade, na igualdade de oportunidades e na livre-iniciativa. Mais dinâmica, a sociedade nortista já dá ao trabalhador assalariado o exemplo, e muitas vezes o sonho inextinguível, de ascensões prodigiosas à riqueza. Os investidores, para os quais a chave do sucesso consiste sobretudo no senso de produtividade e de rentabilidade, entregam-se a uma atividade frenética. A tradição do lucro, herdada do puritanismo e consolidada pelos estreitos laços comerciais mantidos com os europeus, está profundamente enraizada nas mentalidades. Assim se explicam as desigualdades no crescimento. Em 1860, as fábricas do Norte produzem 90% dos produtos manufaturados da nação.

A imigração, por sua vez, acentuou a distância entre as duas seções. O enorme afluxo de imigrantes nos estados do Norte, onde praticamente não sofrem nenhuma concorrência do trabalho escravo, define, por assim dizer, os traços essenciais do desenvolvimento econômico. A chegada desses imigrantes, porém, logo fere as suscetibilidades de inúmeros americanos nativos (daí o nome de nativismo dado ao movimento), que não demoram a se reunir em sociedades secretas, entre elas os famosos *Know-Nothings*, cuja palavra de ordem é resistir a qualquer custo à “invasão estrangeira”. Seja como for, as grandes cidades da Nova Inglaterra, onde os imigrantes concentram-se maciçamente, sofrem transformações profundas. Em 1860, Nova York, imensa metrópole econômica e financeira, já tem mais de 1 milhão de habitantes, ao passo que a Filadélfia, bem atrás, conta com cerca de 500 mil habitantes. Em sua esteira Boston, Buffalo, Newark e Albany seguem uma curva ascendente.

De ambos os lados, os americanos têm consciência dessa separação socioeconômica. No plano alfandegário, as nitidas divergências entre o protecionismo preconizado pelo Norte, após o reaparecimento dos produtos ingleses nos mercados ao término das guerras napoleônicas, e o livre-comércio defendido pelo Sul para favorecer suas exportações de algodão, não colaboram para sanar a situação.

Na realidade, as grandes mudanças da época cavam o fosso. Os nortistas julgam congregar as forças vivas da nação, representar a parte boa da América, cuja prosperidade permitirá que a jovem nação venha algum dia a ocupar o lugar da velha Europa. Além do espetacular êxito econômico, eles são levados a tal convicção pela influência das teses transcendentalistas de Ralph Waldo Emerson, que exaltam a confiança no homem, os progressos da escolarização, a liberdade de imprensa e a luta contra os diversos flagelos sociais (alcoolismo, prostituição, delinquência juvenil).

Frente a essas pretensões, os sulinos também enaltecem sua *Dixieland*. De George Washington a Andrew Jackson, passando por Thomas Jefferson, eles se orgulham de ter dado à jovem nação seus maiores políticos. Um cronista apresenta com certo sarcasmo o sentimento dominante entre os meridionais: “O nortista produz o dinheiro para o sulino gastar”. Convencidos da superioridade de sua civilização, eles criticam o “culto ao dólar” e o capitalismo mercantil do Norte. Os mais extremistas sustentam que são os nobres herdeiros dos “cavaleiros”, os últimos partidários dos Stuart, ao passo que os ianques são os descendentes dos “cabeças redondas”, aqueles cromwellianos que têm como ancestrais as populações primitivas da Inglaterra. De fato, o Sul nutre cada vez mais o sentimento de formar um outro povo dentro da nação. Ele começa a se perguntar se seu futuro não estaria fora dos Estados Unidos, ainda mais que o debate sobre a escravidão literalmente atea fogo à pólvora.

## II. A questão da escravidão

**1. Uma herança do passado** – A escravidão, que os sulinos designam pudicamente como “instituição particular”, é quase tão antiga no solo americano quanto a colonização britânica. Transportados num navio negreiro holandês, os primeiros negros desembarcam no porto de Jamestown em 1619, apenas doze anos após o assentamento dos primeiros colonos na Virgínia. A prática de submeter imigrantes europeus à servidão temporária desaparece aos poucos do Novo Mundo. Inversamente, com o passar do tempo, o tráfico lucrativo do “ébanos” proveniente das costas africanas revela-se cada vez mais indispensável para atender às prementes necessidades de mão de obra nas fazendas de culturas tropicais. Lá, sob o calor escaldante do Sul, difunde-se a ideia de que somente os negros podem dedicar-se a esse trabalho.

Em 1787, os pais da Constituição, unânimes em denunciar o horror da condição escrava, pensam em abolir essa herança da dominação colonial que lhes parece incompatível com os ideais expostos na Declaração de Independência. Todavia, com receio de desencadear paixões fatais à jovem nação, esse passo não é dado. Chegam a aceitar que os escravos correspondam a três quintos dos eleitores brancos na distribuição das cadeiras no Congresso e reconhecem o direito de perseguição aos escravos fugitivos. Para circunscrever o mal, porém, prescrevem o fim do tráfico negreiro a partir de 1808, pensando assim assinar sua sentença de morte. Em suma, o texto de 1787 deixa a cada estado a tarefa de decidir, em seu território, as questões referentes à escravatura.

Nas décadas seguintes, os estados do Norte e do Centro, onde predomina o modelo da pequena propriedade familiar, eliminam a escravidão. Os estados do Sul hesitam sobre o caminho a tomar, pois, para muitos, a abolição significaria a ruína imediata de todo um sistema socioeconômico. Assim, as esperanças dos Pais Fundadores de ver a extinção gradual da escravatura pela ação do tempo e pelo progresso dos espíritos logo se veem amplamente frustradas. Aliás, longe de desaparecer, a escravidão chegara a ter um imprevisto crescimento no começo do século XIX.

**2. O “Rei Algodão”** – De meio milhão na época da independência, o número de negros passa para 4,5 milhões em 1860, ou seja, 14% da população total. Apenas

500 mil deles, espalhados nos estados do Norte e do Oeste, são livres. Como foi possível ocorrer, entre essas duas datas, tamanho salto quantitativo sem aportes externos desde a teórica extinção do tráfico negreiro? De que maneira malograram os cálculos otimistas dos fundadores?

Vários fatores explicam a sobrevivência e o crescimento da escravatura nos estados do Sul. Em primeiro lugar, os dados da economia sulina sofreram nesse meio-tempo profundas transformações. A revolução industrial do Reino Unido, que se iniciara no final do século XVIII, multiplicou as necessidades da indústria cotonificia, cujo principal fornecedor de matéria-prima é o Sul. A indústria têxtil, tanto na França quanto na Inglaterra, encomenda-lhe quantidades cada vez maiores, sobretudo pela reconhecida qualidade do algodão americano de fibras curtas, muito melhor do que o algodão cultivado nas Índias Britânicas, no Egito ou na Argélia. Até então limitada devido à dificuldade de descarregar o algodão, a produção também é estimulada pela invenção do descarregador mecânico de Eli Withney em 1793, que permite um maior rendimento. Nessas condições, a produção anual passa de 355 mil fardos de algodão (cada fardo pesando 226,7 quilos) em 1820 para 2,136 milhões de fardos em 1850. Ela praticamente dobra a cada decênio. Às vésperas dos acontecimentos decisivos de 1860, a produção atinge 4 milhões de fardos, ou seja, em valores, 57% das exportações nacionais. Nessa época, portanto, os Estados Unidos fornecem mais de três quartos dessa matéria-prima para o mundo todo.

Ao sul da linha Mason-Dixon estende-se o “reino do algodão”. O predomínio é tão grande que eclipsa quase todas as outras culturas (tabaco na Virgínia, no Kentucky e na Carolina do Norte, cana-de-açúcar na Luisiana, arroz na Carolina do Sul), a ponto de enclausurar os estados meridionais numa perigosa relação de dependência com o exterior. Com efeito, são as fábricas de Lancashire que respondem pela maioria das compras. Tendo pouca liquidez, os fazendeiros vendem a safra antecipada, vivendo de créditos autorizados pelos bancos britânicos, e depois se endividam com os corretores do Norte. Assim, as cláusulas financeiras do mercado os obrigam a aumentar a produção, em especial porque esses ricos patrícios não renunciariam a seu dispendioso estilo de vida e continuam a importar artigos europeus (tecidos finos, bebidas etc.). De fato, o desenvolvimento do algodão, principal fonte de riqueza dessa parte da América, tem seu destino indissociavelmente ligado à preservação da “instituição particular”.

Com o tempo, a demanda de escravos nas fazendas torna-se tão grande que os sulinos logo deixam de pensar na abolição, assim se inscrevendo na contracorrente dos movimentos europeus. Cabe dizer também que a população escrava constitui um capital considerável. Os preços sobem com grande regularidade, chegando a atingir quase 2 mil dólares em 1860 para os escravos robustos. Sem o influxo do tráfico atlântico, embora se calcule a entrada ilegal de cerca de 250 mil negros em solo americano, prontamente reduzidos à escravidão, mesmo assim os fazendeiros mantêm um comércio florescente. Somado ao contrabando, ativo principalmente nas Antilhas, o crescimento natural permite-lhes montar uma verdadeira “criação” de negros. Alguns proprietários de escravos do “Velho Sul” (Virgínia, Carolinas), onde a lavoura de algodão está

retraíndo-se devido ao empobrecimento do solo, contentam-se em revender seu gado humano nos estados algodoeiros do Sul profundo (*Deep South*) em pleno crescimento (Alabama, Luisiana, Texas, Geórgia, Mississipi, Arkansas). É assim que os leilões realizados também nos mercados de Nova Orleans, Charleston, Mobile e Richmond ganham uma triste celebridade.

A condição dos escravos tem sido objeto de estudos muitas vezes contraditórios. Sem dúvida, os especialistas hoje concordam em ressaltar sua inexistência legal e jurídica. Privados de qualquer direito civil e político, bem como do direito de propriedade, eles não têm nenhum controle sobre o próprio destino, nem mesmo sobre o dos filhos. Além disso, a ínfima quantidade de alforrias não lhes permite esperar uma sorte melhor no futuro. O debate entre os historiadores costuma versar sobre suas condições materiais. Na verdade, a sorte deles parecia variar, dependendo da fazenda e do caráter do senhor. Trabalhadores rurais ou, mais raramente, domésticos, artesãos, mecânicos e ferreiros, os escravos geralmente ficam alojados em casas nas matas das periferias das fazendas, dispondo de um terreno no qual podem plantar alguns alimentos e criar aves domésticas. O evidente interesse do proprietário, sempre cômico de possuir um verdadeiro capital que não deve ser desperdiçado, é de alimentá-los o suficiente para que possam trabalhar. Supervisionados por um capataz branco, o trabalho deles depende muito da estação do ano, das flutuações do mercado e das exigências de produtividade. Na verdade, são raros os escravos ligados à vida de uma grande fazenda. Ao contrário do que se costuma pensar, apenas uma pequena proporção de sulinos possui escravos. Entre os 8 milhões de brancos que vivem nos estados escravistas, os donos de escravos mal chegam a 385 mil. Entre estes, quase 55% têm menos de cinco escravos, ao passo que somente quinze grandes fazendeiros possuem mais de quinhentos. Dito isso, três quartos da população escrava vive em propriedades agrícolas com mais de dez escravos.

O escravo está submetido exclusivamente às vontades do senhor. Não tem o direito de se deslocar e de se casar sem sua autorização, nem mesmo de aprender a ler e escrever. Sem dúvida, existem regulamentos que proíbem na teoria que os proprietários recorram a castigos corporais, mas esses dispositivos são constantemente burlados pelos tribunais.

A escravidão impregna toda a sociedade, inclusive os “brancos pobres” do Sul, que paradoxalmente são os defensores mais ferrenhos da “instituição particular”. Pouco respeitados, muitas vezes miseráveis e atrasados, suas duras condições de vida os levam a se agarrar aos direitos e privilégios decorrentes de sua cor. Incapazes de imaginar uma sociedade multirracial, sentem-se bastante inquietos com as mudanças que ocorreriam com a libertação de 4 milhões de negros. O exemplo dos massacres perpetrados em São Domingos apenas reforça essa opinião. Em termos mais gerais, os sulinos vivem assombrados pelo fantasma das revoltas escravas. Assim, essas revoltas, como as de Denmark Vesey, em 1822, e de Nat Turner, em 1831, são impiedosamente reprimidas. Em estados como a Carolina do Sul e o Mississipi, onde os brancos são minoria, ninguém mais sonha em falar de abolição. Solidamente enraizado nos espíritos, o “medo do negro” torna-se uma nova maneira de justificar a escravidão.

**3. A cruzada abolicionista** – Enquanto o sistema escravocrata se engessa no Sul, o movimento abolicionista se amplia no Norte, mesmo que a maior parte da opinião pública ainda esteja muito longe de se aliar a um antiescravismo militante. Na verdade, a contestação remonta à época da colonização. Desde o século XVIII, o quacre Anthony Benezet havia tomado uma clara posição em favor da libertação dos negros. Na época da independência, Thomas Paine, um dos espíritos mais esclarecidos de seu tempo, havia estigmatizado a sobrevivência desse modo de exploração humana que julgava contrário à teoria dos direitos naturais. Segundo suas ideias, a luta das treze colônias pela liberdade e pela democracia assim se via refutada em seus próprios fundamentos. No começo do século XIX, várias igrejas protestantes, em particular as congregacionistas, as presbiterianas e as metodistas, condenam essa violação da mensagem cristã de amor ao próximo. Fundada em 1816, a Sociedade Americana de Colonização, por sua vez, pretende repatriar os negros para a África. Com esse objetivo, compram-se terras nas costas ocidentais do continente africano. Assim se cria a Libéria em 1847. Apesar de tudo, o fracasso é patente: apenas alguns milhares de escravos alforriados ou emancipados aceitam empreender o caminho de volta.

Com toda evidência, as teses abolicionistas difundem-se graças à fermentação religiosa e à efervescência intelectual que ocorre na sociedade americana a partir dos anos 1830. Grandes nomes como Thoreau, Emerson, Longfellow e Melville vão aderir a essas ideias em nome de princípios morais. Em torno dessa corrente filantrópica e humanitária organizam-se campanhas de sensibilização entre os diversos setores da opinião pública, encaminham-se petições ao Congresso, presta-se auxílio aos fugitivos. Órgãos de imprensa como o *New York Tribune*, dirigido por Horace Greeley, trazem sua contribuição. O movimento, porém, é minado por divisões internas. O endurecimento ideológico tem seu representante em William Lloyd Garrison, um abolicionista fervoroso que lançou em Boston, em 1831, um jornal chamado *The Liberator*. Radical, esse jornalista reivindica nada mais, nada menos do que a libertação imediata de todos os escravos, sem indenização aos proprietários. Mais do que um combate, é uma autêntica cruzada contra o mal que Garrison pretende travar. Para ele, a desonra corrói a sociedade americana. Recusando qualquer solução de compromisso com os proprietários do Sul, ele critica abertamente a Constituição de 1787, qualificando-a de “pacto com o demônio”. Suas opiniões separatistas só lhe granjeiam simpatias, inclusive na American Anti-Slavery Society, que ele ajudou a fundar em 1833. Muito distantes dessas posições extremistas encontram-se as ideias moderadas que Theodore Weld, defensor de uma abolição gradual, apresenta em *American Slavery As It Is*, publicado em 1839. Embora minoritários, os abolicionistas militantes nem por isso são menos resolutos. Os mais arrojados passam para a ação direta, organizando uma rede de fuga clandestina (a *Underground Railroad*), que traz fama a Harriet Tubman. Em seus panfletos, censurados no Sul, eles denunciam a profunda desumanidade da escravidão. Enfatizam as vendas em praça pública, a separação de maridos e esposas, de filhos e pais, os castigos físicos. Frederick Douglas, ex-escravo, lança em 1845 o relato de seus anos de escravidão. O sucesso de vendas de *A cabana*

do pai Tomás, de Harriet Beecher-Stowe, a partir de 1852, mostra a crescente ampliação do debate.

A contestação aumenta continuamente no Norte, sobretudo com a abolição da escravatura nas Antilhas inglesas em 1833 e depois em 1848 com a República francesa. Também na Rússia czarista estuda-se abolir a servidão.

Exasperados pela agitação causada por essa minoria virulenta, os sulinos organizam-se para defender a “instituição particular”. Entre 1836 e 1844, conseguem a proibição de qualquer debate sobre a abolição no Congresso. Nas fazendas, reforça-se a vigilância sobre os escravos. Por toda a *Dixieland*, a ideologia dominante tende a apresentar a preservação da escravatura como símbolo da identidade local.

George Fitzhugh e John Calhoun, dois teóricos extremistas, assumem o papel de paladinos da sociedade escravocrata do Sul. O primeiro, autor de uma *Sociologia para o Sul* (1854) e de *Todos canibais* (1857), funda inicialmente sua reflexão racista em argumentos bíblicos: os negros descendem da linhagem de Cam, amaldiçoado e condenado à servidão por Noé, incapaz de suprir as próprias necessidades. A seguir, vêm os argumentos filosóficos e econômicos, também expostos por Calhoun: a exploração capitalista, tal como se desenvolveu nos grandes centros industriais do Norte, não traz os mesmos benefícios do sistema escravista, que é uma forma de “garantia social”. Em termos comparativos, o destino do escravo é invejável: mulheres, crianças e velhos beneficiam-se com o regime paternalista das fazendas contra os efeitos da doença e da idade. Indispensável ao desenvolvimento da economia sulina, a escravidão é apresentada como um “bem positivo”, que permite uma coexistência pacífica de duas raças antagônicas.

De ambos os lados, as posições afirmam-se com clareza, sobretudo porque a escravidão deixa de ser um debate exclusivamente moral. Ela se torna um grave problema político que sintetiza as tensões entre o Norte e o Sul.

### III. Rumo à desunião

**1. A época dos compromissos** – No começo do século XIX, começa a oscilar o equilíbrio provisório instaurado entre os estados livres e os estados escravistas, devido ao crescimento econômico e ao movimento de expansão para o oeste. É verdade que o Decreto do Noroeste de 1787 exclui a escravatura dos territórios que, finalizada a colonização, poderão tornar-se novos estados. Mas os sulinos, cujos solos se empobrecem consideravelmente com o cultivo do algodão, logo procuram exportar para essas áreas o modelo de *plantation*<sup>4</sup> e, portanto, o sistema escravista. Assim, é séria a ameaça aos agricultores livres do Norte, que também querem ocupar as novas terras. Mais grave ainda, a representação política desses novos estados traz o risco de que a União recaia sob o poder dominante de uma ou outra seção.

Prudentes soluções de compromisso permitem manter o equilíbrio, embora precário. Primeiramente em 1820, o ingresso do Missouri escravista na união dos estados é compensado pelo ingresso do Maine (separando-se de Massachusetts), estado livre. O compromisso do Missouri, elaborado por Henry

Clay, porta-voz da Câmara dos Deputados, opta por uma solução geográfica. Ao oeste do Mississipi, nas terras da antiga Luisiana, fica proibida a escravidão ao norte da linha de 36°30' de latitude Norte, à exceção do estado do Missouri, embora se situe ao norte dessa linha. Na verdade, essa decisão equivale a reconhecer a existência de dois blocos antagonônicos no interior da nação. Dois antigos presidentes expressam profeticamente seus receios. Thomas Jefferson considera que a fórmula adotada algum dia fará soar o “dobro de finados da União”, enquanto John Quincy Adams vê aí nada menos que “o preâmbulo de uma grande tragédia”.

Novas dificuldades surgem após a aquisição dos territórios do Sudoeste em 1848. Deve-se estender até o Pacífico a linha traçada em 1820? Convém deixar aos habitantes a tarefa de decidir se aceitam ou não a escravidão? O Texas já fora anexado em 1846 como estado escravista. A Califórnia, que se estende abaixo e acima dos 36°30' de latitude Norte, por sua vez pede para ingressar na União como estado livre. Violentos debates agitam o Congresso em 1850. Henry Clay fala novamente em nome dos conciliadores, mas em vão, pois os ânimos estão muito mais inflamados do que em 1820. Para diminuir as tensões dos dois campos, o jovem senador por Illinois Stephen Douglas propõe uma solução de compromisso que finalmente satisfaz ao Sul, sem colocar em jogo os grandes princípios da União. Acorda-se que a Califórnia será efetivamente admitida na União como estado livre, enquanto os territórios cedidos pelo México (Utah e Novo México) decidirão livremente se adotam ou não a escravidão, o que favorece os sulinos. Resolve-se por fim que os escravos fugitivos poderão ser perseguidos por todo o país para ser devolvidos a seus donos, mas, em contrapartida, o comércio de escravos fica proibido a partir daquela data no Distrito de Colúmbia.

Salva-se a União, porém o consenso é, mais uma vez, muito frágil. Numa avaliação geral, o compromisso de 1850 satisfaz principalmente os moderados dos dois campos. Nem os abolicionistas nem os partidários ferrenhos da escravidão aceitam as diversas concessões. No Sul, os extremistas reavivam o espectro da secessão. No Norte, torna-se uma obsessão circunscrever o mal nos limites tradicionais da *Dixieland*.

**2. O despertar dos extremismos** – A oposição entre o Norte e o Sul assume uma nova forma em 1854, quando a administração das terras federais coloca novos problemas. O Kansas e o Nebraska, saídos do território da Luisiana, agora estão abertos à colonização. Situados acima do paralelo 36° de latitude Norte, eles deveriam, seguindo a lógica do compromisso de 1820, formar estados livres. Porém, não é esta a vontade dos sulinos, sobretudo dos senhores de escravos do Missouri, que preferem adquirir terras mais a oeste. Para atrair as simpatias dos especuladores do Sul e favorecer a construção de uma ferrovia, Stephen Douglas consegue aprovar às pressas, na primavera de 1854, uma lei que faz caducar a linha traçada em 1820. Ela estipula que os próprios habitantes do Kansas e do Nebraska escolherão autorizar ou proibir a escravidão, o que significa a vitória do princípio – caro aos sulinos – do direito de soberania dos estados.

A lei desencadeia violentas paixões. Os nortistas julgam-se lesados. O governo federal é incapaz de impor ordem no Kansas, onde uma incipiente

guerra, a partir de 1856, contrapõe escravistas e antiescravistas. Militantes de todos os lados acorrem ao “Kansas sangrento” (*Bloody Kansas*), mantendo uma tensão constante. A cidade de Lawrence é saqueada pelos escravistas, e um grupo de abolicionistas liderado por John Brown perpetra em represália um massacre em Osawatimie. A anarquia é total.

Pior ainda, o caso Kansas-Nebraska provoca a cisão dos partidos políticos. Vigora o bipartidarismo herdado da tradição inglesa. Os Whigs, que reivindicam o federalismo de Alexander Hamilton, ou seja, um federalismo mais orientado para um poder central forte, são os primeiros a sentir os efeitos da crise. Incapazes de manter o frágil entendimento entre os interesses comerciais e industriais do Nordeste e os elementos mais conservadores do Sul, acabam se dividindo em dois grupos irreconciliáveis: os *cotton whigs* (favoráveis aos escravistas) e os *conscience whigs* (favoráveis aos interesses do Norte).

Mais forte, o partido democrata, criado por Thomas Jefferson para encarnar o ideal agrário e o espírito dos pioneiros da “Fronteira”, reunia uma aliança heterogênea abrangendo os fazendeiros do Sul, os operários do Norte e os agricultores do Oeste. Essa aliança, com o predomínio do elemento sulino, defendia tradicionalmente a livre-iniciativa e os direitos dos estados contra o espírito centralista do grande empresariado do Nordeste. Contudo, dedicando-se cada vez mais à defesa dos interesses sulinos, e portanto da escravatura, o partido perde aqueles setores de seu eleitorado contrários à extensão da “instituição particular” para o Oeste em favor de uma agremiação política totalmente nova fundada em 1854: o partido republicano. Este, na verdade, recruta seus filiados entre os restos de vários partidos. Primeiro, entre os Whigs do Norte, que se mantêm muito próximos do grande empresariado do Nordeste. A seguir, entre os defensores do “Solo Livre” (*Free Soilers*), um grupo efêmero nascido em 1848 para se opor aos avanços do escravismo. Por fim, entre a fração abolicionista do “Partido Americano” nativista, que não admite que a vida política seja monopolizada pelos democratas. Os próprios republicanos, que de balde apresentam a candidatura do general Frémont às eleições presidenciais de 1856, estão divididos em várias alas. Entre os enérgicos adversários da escravidão como William H. Seward, os moderados como Salmon Chase e as ideias “neoliberais” de Edward Bates, o partido é identificado com os interesses do Norte (terras livres no Oeste, manutenção da União, aumento das tarifas alfandegárias, construção da linha transcontinental). Mesmo assim, logo se apresenta como o rival mais sério dos democratas.

Em março de 1857, o “veredito Dred Scott” emitido pelo Supremo Tribunal envenena a situação. Esse escravo do Missouri, que acompanhou seu senhor ao Illinois, onde a escravidão é proibida, pede sua emancipação. Os juízes declaram que, não sendo Scott cidadão dos Estados Unidos, não goza de nenhuma personalidade jurídica e, portanto, não pode entrar com processo. O Supremo Tribunal, de maioria sulina, julga que os escravos fazem parte da propriedade individual, conforme é definido e garantido pela Constituição. Ele nega ao Congresso o direito de legislar sobre a matéria e decreta nulo e inválido o compromisso do Missouri, visto não garantir a um homem o pleno gozo de seus

bens. Os nortistas, evidentemente, ficam escandalizados.

Dos dois lados da linha Mason-Dixon, a desconfiança atinge seu clímax. A aristocracia dos fazendeiros – a *gentry* – se diz vítima de um vasto complô urdido pelos “republicanos negros”. Ela apresenta a discriminação racial que grassa nos estados do Norte como prova de suas “falsas tendências humanitárias”. Na Nova Inglaterra, onde mais se exacerbam as paixões, atacam-se os sombrios designios desses “senhores da chibata”, esses adeptos da “escravocracia”, contra as instituições liberais e republicanas.

As bengaladas que Preston Brooks, o representante da Carolina do Sul, desferiu na cabeça do senador nortista e abolicionista Charles Sumner, em plena sessão do Congresso em 1856, mostram claramente a deterioração do clima político. A recessão econômica de 1857 apenas agrava esse clima de suspeita. O desconforto aumenta. Nas eleições para o Senado no estado do Illinois, em 1858, o candidato republicano Abraham Lincoln expressa sem rodeios o sentimento dominante: “Uma casa dividida não fica de pé. Acredito que este governo não pode continuar metade escravo e metade livre para sempre. [...] Terá de se tornar uma coisa ou outra”.

**3. A façanha de John Brown** – Nessa atmosfera já muito acalorada, os ativistas dos dois campos multiplicam os panfletos incendiários, as provocações e os ataques de surpresa. No Kansas, os confrontos sucedem-se com violência cada vez maior. Na verdade, os extremistas estão decididos a precipitar a ruptura entre o Norte e o Sul.

Em 16 de outubro de 1859, um domingo à noite, John Brown, já famoso em todo o país pelas atividades sanguinárias que havia conduzido no Kansas, encabeça um pequeno grupo de dezoito abolicionistas e marcha sobre o arsenal de Harper’s Ferry, situado na Virgínia. Decidido, ele pretende pegar as armas lá guardadas para fomentar uma revolta escrava. Todavia, o projeto muda de figura. Após dois dias de combates encarniçados com a milícia local, sob as ordens do coronel Robert E. Lee, Brown decide entregar-se às autoridades. Imediatamente encaminhados à justiça, ele e seis companheiros são condenados à forca. John Brown é executado em 2 de dezembro de 1859, assim se tornando o mártir da causa abolicionista perante a posteridade.

O caso de Harper’s Ferry obtém uma repercussão considerável. Se a ação brutal de John Brown não ganha aprovação geral no Norte, pelo menos a dignidade do personagem comove a opinião pública. Para os sulinos, que se consideram numa posição de legítima defesa, é mais uma prova do “complô ianque”. Na Europa, Victor Hugo aproveita a ocasião para ressaltar a contradição que, segundo ele, corrói os Estados Unidos: “Há algo mais assustador do que Caim matando Abel, é Washington matando Espártaco, ou seja, o assassinato da Libertação pela Liberdade”.

---

1. O ano de 1848 viu explodir uma série de revoluções em toda a Europa, chamadas, de modo geral, de “Primavera dos povos”. Expressão do crescimento do liberalismo e do nacionalismo, esses movimentos populares e insurgentes foram fortemente reprimidos, destruindo, assim, as ilusões de todos aqueles que

reclamavam que se estabelecessem instituições livres e democráticas.

2. O termo “seção” era utilizado nos Estados Unidos, no século XIX, para designar um espaço geográfico.

3. O nome *Dixieland* – ou, mais sucintamente, *Dixie* – é um americanismo de origem francesa utilizado para designar o Sul dos Estados Unidos. Ele deriva das primeiras cédulas de dez dólares emitidas em Nova Orleans, que tinham um dos lados impresso em francês, com a menção “Dix” em grandes caracteres. Por outro lado, a origem do termo “ianque” [“Yankee”], apelido dado naquela época aos habitantes do Norte, é desconhecida. Segundo diversas fontes, poderia ter raízes holandesas ou mesmo ameríndias.

4. Monocultura extensiva em latifúndios com mão de obra escrava, semelhante ao sistema das antigas fazendas coloniais brasileiras. (N.T.)

## CAPÍTULO II

### A SECESSÃO

As eleições presidenciais de 6 de novembro de 1860 se desenrolam num clima de grande tensão, único na história dos Estados Unidos. Nortistas e sulinos tomam rumos irreconciliáveis. Antes mesmo que a Carolina do Sul dê seu passo, após a vitória do candidato republicano Abraham Lincoln, a separação está claramente inscrita no ar dos tempos. Com efeito, em 4 de março de 1861, quando o novo presidente assume seu cargo na Casa Branca, sete estados escravistas desafiam a autoridade do governo federal proclamando dissolvida a União. Assim, no intervalo de poucos meses, as palavras cedem lugar aos atos, prelúdio de uma grande tragédia.

#### I. As eleições presidenciais de 1860

**1. A crise política** – No começo de 1860, inflamam-se os ânimos. Em Washington, o presidente democrata John Buchanan, eleito em 1856 e favorável aos grandes fazendeiros do Sul, não consegue aplacar as tensões. O espírito de conciliação definha. Cabe dizer que os últimos acontecimentos contribuíram para radicalizar as posições de ambos os lados. No Norte e no Sul, os extremistas trabalham com eficiência para introduzir no cenário político uma grande crise. Por fim, a coexistência torna-se impossível.

Os moderados deparam-se com desprezo ou descrença por todas as partes. Em 1860, nenhum americano, nem mesmo entre os abolicionistas, pensa na possibilidade de uma alforria dos 4 milhões de negros escravizados e de uma indenização aos proprietários. O sistema escravista não pode mais se contentar com soluções provisórias. O tempo dos compromissos parece definitivamente encerrado. Se John Brown já é reverenciado como herói no Norte, nem por isso a abolição ganha unanimidade, uma vez que a discriminação racial entre os nortistas é quase tão forte quanto no Sul. Indiana e Illinois, embora estados livres, chegam a anunciar que, em caso de abolição da escravatura, não receberão ex-escravos em seus territórios. As próprias seções afundam subitamente no pessimismo, e não se consegue nenhum acordo sobre o caminho a seguir. Instala-se o mal-estar, o que abre um espaço maior às teses radicais.

Nesse período inquieto, surgem duas grandes figuras. A primeira é a de William H. Seward, senador pelo estado de Nova York e líder inconteste do partido republicano. Célebre por suas posições profundamente contrárias à escravidão, já apresentadas em seu famoso discurso feito em Rochester, em 25 de outubro de 1858, Seward lança a ideia do “conflito inevitável” entre o Norte e o Sul. Em nome de uma “lei divina”, que julga superior à Constituição, ele denuncia abertamente o conluio entre o *Slave Power* e o governo federal controlado pelos democratas. Estigmatiza seus sombrios projetos expansionistas, suas intenções de ampliar o “império da escravatura”, baseando seus argumentos

em dois precedentes: o desejo explícito de certos fazendeiros de converter a ilha de Cuba em colônia escravista (manifesto de Ostende, 18 de outubro de 1854) e as vãs tentativas do aventureiro sulino William Walker de transformar a Nicarágua em “um novo Texas” (1856-1857).

De outro lado, encontra-se uma intransigência similar em William L. Yancey, do Alabama, conhecido como o “príncipe dos comedores de fogo” (*Fire Eaters*). Esse discípulo de Calhoun, partidário convicto do direito dos estados soberanos em abandonar a União com a mesma liberdade com que ingressaram nela, solicita ao poder federal uma retomada imediata do tráfico negreiro. Por todo o Sul, Yancey lança a ideia da secessão caso o candidato republicano, que ele considera como representante do Norte e, sem nenhum discernimento, como porta-voz dos abolicionistas, seja eleito para a presidência.

Apesar de todas as aparências, seria um erro crer que a lealdade à bandeira estrelada não está mais na ordem do dia. Mesmo nos estados meridionais, onde se brande continuamente a ameaça da secessão, a lealdade à União ainda prevalece com larga margem de vantagem. A despeito dos múltiplos ressentimentos contra a dominação econômica e financeira do Norte, os sulinos não estão dispostos a renunciar a essas relações de negócios. Sabem que precisam dos industriais nortistas como fornecedores, dos negociantes da Nova Inglaterra como corretores, dos financistas nova-iorquinos para obter créditos. Por sua vez, os grandes empresários do Norte, que conseguem aprovar em 1857 uma tarifa protecionista bastante moderada, tampouco têm interesse em se separar de seus importantes parceiros comerciais do Sul. Na verdade, para a maioria dos contemporâneos, a data de 6 de novembro de 1860 desperta grandes temores.

**2. Os candidatos à presidência** – A gravidade da crise e as profundas divisões partidárias provocam a eclosão do bipartidarismo tradicional. Fato excepcional, há quatro candidatos disputando o cargo supremo. O cenário político está visivelmente fragmentado.

De todas as agremiações políticas, o partido republicano é o que mais se fortalece. Em sua convenção nacional, realizada em Chicago no começo de maio, os delegados definem uma plataforma bem menos radical do que a de 1856. Os pontos principais indicam claramente que o partido não tem intenção de abolir a escravatura nos estados da União onde ela já existe. Por outro lado, seu objetivo é circunscrever o mal opondo-se ferozmente à sua extensão para as novas terras a fim de que prevaleça o princípio do trabalho livre. Além disso, os republicanos procuram atrair o eleitorado propondo outras medidas: facilidades para adquirir terras no Oeste, aumento das tarifas alfandegárias, melhoria das vias de comunicação...

Descartando o candidato extremista William H. Seward, os delegados finalmente escolhem um moderado ainda pouco conhecido no mundo político: Abraham Lincoln. A escolha não é gratuita. Nascido no Kentucky em 1809, este advogado de Illinois, que exerceu inúmeros pequenos ofícios antes de se estabelecer, está muito distante do grande empresariado tão odiado pelos sulinos. É um homem novo, íntegro, ponderado e eloquente – em suma, um *self-made*

*man* que encarna bem os valores dos pioneiros do Oeste. É verdade que Lincoln denuncia em termos morais a “instituição particular”, mas, ao contrário de uma ideia corrente, ele não pretende que os negros, em caso de emancipação, tenham igualdade política e social. Em suma, são garantias para apaziguar os temores dos escravistas, pois, sustentada por grandes recursos financeiros, sua campanha tem como prioridade absoluta a preservação da União.

Os democratas, por sua vez, expõem claramente suas divisões internas. Os delegados do partido, reunidos em Charleston, na Carolina do Sul, não conseguem chegar a um acordo sobre um candidato único. A figura do senador por Illinois Stephen Douglas, o homem das soluções de compromisso, não tem unanimidade. Defensor da “soberania popular” dos territórios e do “veredito Dred Scott” (1857), suas posições sobre a escravidão são bastante ambíguas. Muitos sulinos o criticam por querer ganhar seus votos para fins pessoais e por se contentar com medidas parciais que não tocam a questão de fundo. A divisão também afeta o partido. Enquanto Douglas é escolhido pelos democratas do Norte numa segunda convenção realizada em Baltimore, no mês de junho, os dissidentes do Sul reúnem-se para apresentar um candidato que adota integralmente o ponto de vista escravista. Escolhem John C. Breckinridge, vice-presidente em final de mandato e natural do Kentucky, com a firme determinação de legalizar a escravatura em todo o território americano por meio de emendas na Constituição.

Um quarto candidato, John Bell, nascido no Tennessee, é apontado pelo Partido Constitucional da União, composto por antigos Whigs do Sul e por alguns membros dos *Know-Nothings* e dos meios empresariais nortistas preocupados com os efeitos da crise política sobre a conjuntura econômica. Bell declara-se a serviço dos interesses da nação, ou seja, da manutenção integral da União. Contudo, não tendo posições claramente marcadas sobre as questões cruciais que dividem o país, seus apelos à reconciliação pouco são ouvidos. Não é mais hora de moderação.

**3. A eleição de Abraham Lincoln** – A tensão atinge o ápice quando, em 6 de novembro de 1860, tem-se o veredito do povo. Como permitiam prever os acontecimentos anteriores, os resultados eleitorais consagram a divisão do país.

Em vista da cisão do partido democrata, não é surpresa a escolha do republicano Abraham Lincoln para a presidência. O sufrágio popular pode dar uma ideia apenas inicial da distribuição dos votos declarados. Em quase 4,7 milhões de eleitores, 40% dos votos são para Lincoln, contra 29,4% para Douglas. Breckinridge e Bell ficam bem atrás, com 18 e 12,6% respectivamente. No entanto, o sistema americano de eleição em dois turnos dá uma clara vantagem a Lincoln. O candidato republicano obtém 180 dos 303 votos do colégio eleitoral, contra 72 para Breckinridge, 39 para Bell e apenas 12 para Douglas. A geografia desses colégios eleitorais mostra que os votos são inspirados pelo antagonismo entre Norte e Sul. Ganhando em dezenove estados, todos situados no norte e no oeste do país, Lincoln é eleito por uma parte da nação. Breckinridge, por sua vez, ganha em onze estados da *Dixieland*, ao passo que Bell ganha em três estados do alto Sul (Virgínia, Kentucky e Tennessee). O grande derrotado nas eleições é, de

fato, Stephen Douglas, que no entanto é o segundo na votação popular e único candidato realmente “nacional”. Não conseguindo maioria em nenhum estado, ele paga o preço por ter se recusado obstinadamente a assumir uma posição clara na questão da escravidão.

A Constituição de 1787 estabelece que o novo presidente só pode assumir o cargo no dia 4 de março do ano seguinte. Nos cinco meses em que John Buchanan continua a presidir aos destinos da nação, a União americana oscila ainda mais. Periclita a ponto de correr risco de morte.

## II. A ruptura

**1. A secessão da Carolina do Sul** – Em todos os estados sulinos, a notícia da eleição de Lincoln acarreta imediatamente reações de defesa. A vitória do candidato republicano, portanto do Norte sobre o Sul, é vista como uma provocação contra os senhores de escravos. A Carolina do Sul está, mais uma vez, no centro do tumulto. Mais do que em outros lugares, em virtude de seu passado sedicioso, ela é percorrida por uma onda de choque. As sementes da rebelião já estão plantadas. Indignados e inquietos com a ascensão de um *Black Republican* à Casa Branca, seus habitantes só pensam em aceitar imediatamente o desafio que lhes é lançado. Em 13 de novembro, a assembleia da Carolina do Sul anuncia a iminente realização de uma convenção popular para decidir a saída da União. São inúteis os apelos de Buchanan para manter a calma. Em final de mandato, o presidente não tem meios de fazer ouvir a voz da razão. Assim, seu governo só pode aguardar a transmissão do cargo na expectativa e na imobilidade.

Em 20 de dezembro de 1860, os delegados da convenção da Carolina do Sul, reunidos em Charleston num clima de euforia geral, dão o passo decisivo. Aprovam por unanimidade a secessão, declarando que “a união ora existente entre a Carolina do Sul e outros estados, sob o nome de ‘Os Estados Unidos da América’, está dissolvida”.

Redigido por *Fire Eaters* como David Jamieson e Robert Rhett, o decreto de secessão apresenta a lista de queixas encaminhadas ao governo federal. Faz também uma crítica das intenções de Abraham Lincoln. A Carolina do Sul declara ser um estado soberano ameaçado em seus interesses vitais por um governo cujo objetivo próximo não é outro senão subjugar o Sul, arruinando suas instituições e suas tradições. Para ela, o pacto constitucional foi deliberadamente rompido e negligenciado pelos estados sem escravos. Não estando mais assegurados os princípios do texto fundador, notadamente o direito de propriedade, uma das partes contratantes pode legitimamente se desvincular de suas obrigações e recorrer com toda a legalidade ao direito de secessão.

Sob mais de um aspecto, os secessionistas procuram inscrever sua ação na linhagem dos *Insurgents*, que se revoltaram contra George III em 1776. As manchetes do *Charleston Mercury* sugerem essa identificação histórica: “O chá foi jogado pela amurada” ou “A revolução de 1860 está apenas começando”. Lançam-se apelos à solidariedade sulina. Nas ruas efervescentes de Charleston, as bandas tocam com grande pompa *A Marselhesa*, o hino revolucionário por

excelência. A Carolina do Sul aspira a entrar no concerto das nações como estado autônomo e independente. Logo são enviados emissários a Washington, que pedem para ser recebidos por Buchanan na condição de embaixadores de uma potência estrangeira. Os jornais da Carolina do Sul, por sua vez, não hesitam mais em publicar as notícias vindas dos outros estados americanos sob a rubrica “Notícias do exterior”.

Dito isso, a ideia de uma guerra está por ora totalmente excluída. A secessão pretende seguir pacificamente seu curso. No Norte, aliás, muitas pessoas consideram que não é interesse de ninguém manter os estados do Sul a contragosto na União. É a ideia que exprime Horace Greeley, diretor do *New York Tribune*, ao declarar publicamente: “Se alguns estados do Sul decidem que estarão melhor fora do que dentro da União, insistimos que os deixem sair em paz”. O presidente Buchanan se faz porta-voz dos que julgam ilegal a secessão, mas que recuam à hipótese do recurso às armas: “A União jamais poderá ser cimentada pelo sangue de seus cidadãos derramado numa guerra civil”. Os acontecimentos posteriores demonstrariam cabalmente seu engano.

**2. A formação da Confederação** – Nos dois meses seguintes, o exemplo da Carolina do Sul leva mais seis estados escravistas do Sul ao caminho da rebelião: o Mississippi em 9 de janeiro, a Flórida no dia 10, o Alabama no dia 11, a Geórgia no dia 19, a Luisiana no dia 26 e o Texas em 1<sup>o</sup> de fevereiro. É inegável que os atos de secessão são proclamados em convenções, mas sem uma verdadeira consulta ao conjunto dos cidadãos. Assim, no Texas, a virulenta oposição do governador Sam Houston é impotente para deter as veleidades separatistas de seus governados. A exaltação em todo o Sul alcança o auge, numa mescla de orgulho e alegria. Outros estados algodoeiros, assediados pela propaganda, ficam na expectativa. Hesitam sobre o caminho a tomar, já que os sentimentos federalistas continuam fortes. É em especial o caso da Virgínia, que deu origem a uma infrutífera conferência de paz em Washington no mês de fevereiro.

Em 4 de fevereiro de 1861, os delegados dos sete estados dissidentes reúnem-se em Montgomery, no Alabama, e formam a Confederação dos Estados da América. No dia 9, designam Jefferson Davis, senador pelo Mississippi, para a presidência. Eleito por seis anos, sem reeleição, esse ex-ministro da Guerra de Franklin Pierce, de 1853 a 1857, é assistido por um vice-presidente na pessoa de Alexander H. Stephens, natural da Geórgia. Montgomery é escolhida como primeira capital. Os delegados da convenção estabelecem uma Constituição, adotada em caráter provisório em 8 de fevereiro, cujo texto definitivo foi promulgado apenas em 11 de março. As instituições políticas da nova nação, representativas e democráticas, são profundamente inspiradas no texto de 1787, o que não chega a admirar. Por outro lado, o Supremo Tribunal não é de apelação, e a Constituição dos Estados Confederados insiste com mais clareza sobre a soberania e independência de cada estado. Além disso, os poderes presidenciais são fortalecidos. Por fim, ela reconhece explicitamente a escravidão em todo o seu território, bem como a cláusula dos três quintos. Certamente com vistas a atrair as boas graças das potências europeias, o tráfico negreiro continua proibido.

Em 18 de fevereiro de 1861, dia de sua posse, Jefferson Davis pronuncia um discurso no qual mostra toda a sua abnegação: “Hoje se consuma nossa separação da antiga União. Não se deve esperar compromisso nem restabelecimento. (...) Caso venha a se empregar a força, o Sul está pronto a fazer com que seus adversários sintam o cheiro de pólvora”. A advertência é inequívoca.

Enquanto a estranha passividade do presidente Buchanan coloca a União perante o fato consumado, o tom eleva-se bruscamente no Norte. Se de um lado há o temor de praticar o irreparável, de outro lado a opinião pública fica indignada com a arrogância dos confederados. Não se trata mais de discutir a escravidão, pois percebe-se que o que está em causa com a separação é a continuidade da nação americana, seu ideal de prosperidade, felicidade e liberdade. O tempo da descrença passou. Aos poucos, organiza-se a defesa da União. O general Winfield Scott, comandante-chefe do Exército dos Estados Unidos, anuncia publicamente sua intenção de fazer respeitar a bandeira estrelada com “o despotismo da espada”.

**3. As últimas tentativas de conciliação** – No dia 4 de março de 1861, segunda-feira, numa atmosfera marcada pela paranoia dos atentados, Abraham Lincoln presta seu juramento e discursa à nação diante do Capitólio. Discreto até então, o novo presidente faz um discurso muito aguardado sobre as intenções do novo governo em relação à crise separatista que ameaça ganhar outros estados. A febre é tão intensa que o próprio prefeito de Nova York, Fernando Wood, propõe que a cidade se separe de seu estado e da União!

Com grande eloquência, Lincoln desafia palavras de pacificação e conciliação, além de apelos à fraternidade. Ele lembra que seu objetivo essencial é salvaguardar a União, e não destruir a escravidão nos estados em que ela existe. Não se trata tampouco de rever a lei sobre os escravos fugitivos. Ao mesmo tempo, ele contesta o direito dos estados secessionistas de romper unilateralmente o pacto federal, pois este é, diz Lincoln, “sagrado e perpétuo”. Não sendo o direito de secessão explicitamente reconhecido pela Constituição, toda cisão é, por conseguinte, “nula e inválida”. Logo, a simples ideia de separação constitui a própria essência da anarquia e invalida o contrato social. Lincoln é categórico. Para ele, a União sobrepõe-se a qualquer outra consideração. Ele adverte que qualquer ato de violência contra a autoridade do governo federal dos Estados Unidos é de natureza insurrecional ou até mesmo revolucionária.

Com grande prudência tática, Lincoln abstém-se de adotar qualquer medida de provocação. O discurso inaugural conclui com um vibrante apelo à unidade nacional: “Em *suas* mãos, meus conterrâneos insatisfeitos, e não nas *minhas*, está a importante questão da guerra civil. O governo não *os* atacará. Vocês não terão conflito se não forem vocês os agressores. (...) Não somos inimigos, e sim amigos”.

Plenamente consciente das pesadas responsabilidades do cargo, o novo presidente está de fato decidido a restaurar a União. Lincoln teme que a América fragmente-se em repúblicas rivais, como o exemplo já dado pelos estados da

América espanhola. Não tendo experiência própria, ele tem o cuidado de se cercar dos principais líderes do partido republicano. William H. Seward, seu rival na convenção de Chicago, é nomeado secretário de Estado. Em vão, alguns emissários são enviados ao Sul para reavivar a chama da União: com a questão das propriedades federais situadas em território confederado, o conflito era inevitável e apenas a força poderia decidi-lo.

## **CAPÍTULO III**

### **O NORTE CONTRA O SUL**

A partir do bombardeio do Forte Sumter em abril de 1861, os Estados Unidos entram em guerra civil. Ao todo, retiram-se da União onze estados escravistas do Sul, que se preparam para defender seus direitos empunhando armas. De ambos os lados, espera-se uma guerra curta e gloriosa. Em campo, as esperanças logo são desmentidas, pois, apesar da enorme desproporção dos recursos em favor do Norte, o desfecho da luta é mais do que incerto. Iniciado no mais completo improviso, o conflito demanda novos sacrifícios.

#### **I. O início das hostilidades**

**1. A canhonada do Forte Sumter** – Logo após a secessão, os estados dissidentes ocuparam fortes, arsenais, alfândegas e outras instalações federais situadas em seus territórios. Por toda parte, a saída dos oficiais e funcionários vinculados a Washington acontece sem problemas. Contudo, em 4 de março, quando Lincoln realmente assume a presidência, dois locais ainda não estão evacuados: o Forte Pickens, localizado no porto de Pensacola na Flórida, e o Forte Sumter, bastião situado na entrada da baía de Charleston. Em seu discurso inaugural, o novo presidente faz referências explícitas a eles ao afirmar que está decidido, como o obriga seu juramento de lealdade à Constituição, a empregar todo o poder que lhe foi confiado para “manter, ocupar e proteger todas as propriedades e locais pertencentes ao governo”.



A questão do Forte Pickens é rapidamente resolvida. Fora do alcance dos canhões sulinos, a guarnição recebe víveres e reforços sem grandes dificuldades. Por outro lado, na Carolina do Sul, as tensões cristalizam-se em torno do Forte Sumter. Seu comandante, o major Anderson, recusa-se obstinadamente a evacuar essa importante posição estratégica. Com sua tropa de apenas 73 homens, ele está literalmente sitiado desde o Natal de 1860. É verdade que não se disparou nenhum tiro até o momento, mas o bloqueio imposto pela milícia local deixa a Anderson uma margem de manobra muito limitada. Quase sem víveres, sua resistência não pode durar indefinidamente.

Em Washington, Lincoln hesita. Deve-se reabastecer ou não o Forte Sumter? Em franca divergência com os membros de seu gabinete, ele não quer dar o braço a torcer. No Norte, ademais, a opinião pública segue com grande emoção a resistência desses “modernos defensores das Termópilas”. No Sul, o bastião federal torna-se uma ideia fixa, um evidente insulto à nova bandeira confederada. No local, o correspondente do *London Times* não hesita em escrever: “As ruas de Charleston parecem as de Paris durante a Revolução”.

Finalmente, na noite de 10 para 11 de abril de 1861, o presidente Lincoln avisa o governador da Carolina do Sul que uma expedição de socorro está a caminho do porto de Charleston, levando apenas alimentos para reabastecer a guarnição. Jefferson Davis coloca a cidade em estado de alerta. Após o fracasso das últimas negociações com o major Anderson, o momento fatídico parece inevitável.

Na madrugada de 12 de abril, uma sexta-feira, o general Pierre G. Beauregard dá a ordem aos artilheiros da milícia da Carolina do Sul para abrirem fogo. Depois de dois dias de violentos tiroteios, que milagrosamente não fazem nenhuma vítima, o Forte Sumter iça a bandeira branca da rendição. A guarnição federalista evacua a posição e segue para o Norte. Dessa vez, a guerra civil realmente começou.

**2. O apelo às armas** – Frente a esse primeiro ato de hostilidade, Abraham Lincoln não demora a reagir. À falta de um exército regular considerável, e ademais desorganizado pela crise, fazem-se necessárias novas medidas. Em 15 de abril, no dia seguinte à evacuação do Forte Sumter, ele decreta o estado de insurreição e ordena o alistamento de 75 mil voluntários vindos das milícias dos estados que servirão durante um período de três meses. Dirigida aos governadores dos estados leais à União, a proclamação presidencial expressa a firme vontade do novo governo de acabar com a “aliança dos sete estados rebeldes do Sul”, considerada “poderosa demais para ser eliminada por medidas constitucionais ordinárias”.

Prontamente uma onda de entusiasmo e fervor patriótico alastra-se por todo o Norte, onde a notícia da tomada do Forte Sumter já fora acolhida com a mais profunda indignação. De um lado, os alistamentos na milícia ultrapassam largamente o esperado, sobretudo na Nova Inglaterra. De outro lado, Lincoln procura congrega em torno de si as tendências políticas centrifugas para proteger a União. Assim, o dirigente democrata Stephen Douglas, seu antigo adversário, traz uma contribuição bastante valiosa, bem como o general Winfield Scott, que, impaciente em marchar sobre o inimigo, declara-se disposto a

“amarrar os traidores na boca dos canhões”.

No Sul, organiza-se a defesa do território da Confederação. A população também está em pé de guerra, mas com objetivos diferentes dos do Norte. Trata-se acima de tudo de travar uma guerra defensiva contra “a invasão ianque”. Alexander Stephens, vice-presidente da Confederação, expressa esse sentimento sem rodeios: “Combatemos por nossos lares, por nossos pais e nossas mães, por nossas mulheres, nossos irmãos, nossas irmãs, nossos filhos e nossas filhas!”.

Pressentindo a ameaça, Jefferson Davis já tomara o cuidado de constituir uma nova força militar. Desde 6 de março de 1861, uma lei do Congresso o autoriza a recrutar 100 mil homens pelo prazo de um ano. Como no Norte, o entusiasmo popular permite preencher rapidamente as fileiras de todo o novo exército confederado. Lá também os voluntários esperam ser vestidos, equipados e treinados antes de seguir para o front.

**3. O dilema do alto Sul** – Entre os estados algodoeiros que ainda não haviam tomado partido, as dúvidas dissipam-se aos poucos. Entre os apelos à solidariedade sulina e a proclamação de Lincoln que os obriga a fornecer tropas ao governo federal para sufocar a rebelião, eles se veem obrigados a traçar sua linha de conduta de forma mais explícita.

Após debates acalorados, a Virgínia, verdadeiro berço da União, opta pela secessão em 17 de abril. A decisão do *Old Dominion State* é mais do que decisiva, pois, em sua esteira, três outros estados que estavam hesitantes juntam-se à Confederação: Arkansas em 6 de maio, Tennessee alguns dias depois e Carolina do Norte em 20 de maio. Consciente da sorte inesperada que significa essa adesão tardia, Jefferson Davis logo transfere sua capital para Richmond, na Virgínia.

No entanto, o movimento separatista não consegue ganhar os outros estados escravistas situados ao sul da linha Mason-Dixon. Esses *Border States*, a saber, Kentucky, Missouri, Delaware e Maryland, acabam mantendo a lealdade à União. Apesar disso, uma parcela da população não esconde sua simpatia pela Confederação, de tal modo que esses estados irão fornecer soldados aos dois exércitos ao longo de todo o conflito.

Na verdade, as posições não estão plenamente definidas. Na Virgínia, por exemplo, os condados ocidentais se recusam a ingressar na Confederação. Em 1863, criam o estado da Virgínia Ocidental, partidário da União. Inversamente, em Maryland, cuja posição estratégica é fundamental, os sentimentos separatistas continuam bastante intensos. Um episódio notável mostra todo o seu vigor. Em 19 de abril de 1861, em Baltimore, o sexto regimento de infantaria de Massachusetts a caminho de Washington recebe pedradas de uma multidão de simpatizantes sulinos. Os soldados enfurecidos reagem abrindo fogo contra os agitadores, provocando a morte de uma dezena de civis. A advertência é séria o suficiente para convencer Lincoln a despachar o general Benjamin F. Butler até o local e lá decretar a lei marcial.

## II. As forças em questão

**1. Frente a frente: o dilaceramento** – Os americanos estão à beira de conhecer a terrível experiência da guerra civil. Pela primeira vez, o inimigo a ser derrotado não é inglês, mexicano ou ameríndio. Agora, o adversário assume os traços do “ianque” do Norte ou do “rebelde” do Sul. Ninguém consegue ficar indiferente aos acontecimentos que dilaceram o país. A divisão perpassa toda a sociedade. Compatriotas outrora unidos sob o mesmo pendão, companheiros de armas, famílias inteiras, vizinhos, amigos, parceiros de negócios sofrem os efeitos devastadores da crise. Em suma, a luta que se prepara é realmente a “guerra dos americanos”.

No Norte e no Sul, ninguém é poupado. Oito dos treze irmãos e irmãs da esposa do presidente Lincoln, natural do Kentucky, abraçam a causa da Confederação. Varina Davis, a outra primeira-dama, passa por um dilaceramento familiar parecido. O senador pelo Kentucky John Crittenden vê dois filhos seus, promovidos a generais, engajarem-se cada um num exército. Por toda parte denunciam-se os traidores, isto é, os que não se dobram à lógica das “seções”. Nas altas esferas do exército, Winfield Scott, George Thomas e David Farragut, naturais respectivamente da Virgínia, da Geórgia e do Tennessee, estão entre os mais ardorosos defensores da União. Embora no passado fosse proprietário de escravos no Kentucky, o major Robert Anderson, o obstinado defensor do Forte Sumter, também se mantém fiel a seu juramento de lealdade à bandeira nacional.

Para muitos contemporâneos, a escolha é dramática. O caso de consciência de Robert Lee ganhou justa fama. Pertencente a uma das mais ilustres famílias da Virgínia, filho de um herói da Guerra da Independência, esse soldado exemplar possui uma excelente folha de serviços. De West Point ao México, passando pelo Texas, esse discípulo de Napoleão nunca deixou de receber elogios de seus superiores. Seu pleno domínio da ciência militar, em especial sua temível agressividade e habilidade tática, desperta a admiração de todos. O general Scott, que o considera o melhor oficial de seu exército, não se engana ao lhe oferecer o comando do exército nortista. Ademais, Lee já não manifestou sua profunda antipatia pela escravidão e não julgou inconstitucional a secessão? A decisão da Virgínia iria ditar-lhe o partido que tomaria. Incapaz de erguer a mão contra sua terra natal, seu lar e seus vizinhos, Robert Lee declina o convite e a seguir apresenta sua demissão para ir defender a contragosto uma causa que sabe estar perdida de antemão.

**2. Superioridade dos recursos do Norte** – No início das hostilidades, a distribuição dos recursos humanos e materiais favorece amplamente os estados leais à União. Abraham Lincoln pode contar com 23 estados para conduzir sua política de salvaguarda da nação, e a seguir com 26, contando-se o ingresso do Kansas em 1861, a formação da Virgínia Ocidental em 1863 e do Nevada em 1864.

O potencial demográfico, avaliado na faixa de 22 milhões de pessoas, é amplamente suficiente para preencher os quadros do exército e atender às necessidades da agricultura e da industrialização. Além disso, um grande número de imigrantes continua a chegar ao Norte, onde não é preciso temer uma concorrência do trabalho escravo, vindos dos portos de Nova York e Boston.

No plano econômico, os contrastes do desenvolvimento oferecem um grande trunfo à parte setentrional dos Estados Unidos. Com cerca de 80% das fábricas, uma produção agrícola rica e variada, as maiores reservas de aço e carbono, uma rede ferroviária com mais de 35.400 quilômetros, as forças vivas da nação encontram-se no Norte. A concentração das indústrias têxteis, de quase todos os centros comerciais e financeiros, de portos ativos e dos principais estaleiros navais apenas acentua essa superioridade.

O crescimento do Norte, aliás, não se limita à Nova Inglaterra. Os progressos das comunicações favorecem em larga medida sua propagação, em especial para a região dos Grandes Lagos, com uma rede de cidades como Chicago, Detroit e Milwaukee. Lá também a América constrói gradualmente seu perfil de gigante da economia mundial. Diante da força muito superior do Norte, o que lhe poderia opor o Sul para sustentar a luta?

**3. Forças e fraquezas do Sul** – Sob mais de um aspecto, a comparação entre os recursos das duas forças em conflito confirma os sombrios pressentimentos do general Lee. Desde o início, os estados sulinos parecem condenados a uma derrota mais ou menos rápida. De fato, suas desvantagens de saída são tão grandes que ainda hoje os historiadores perguntam-se como foi possível que a resistência se estendesse por quatro longos anos.

Onze dos quinze estados escravistas do Sul saíram da União. Segundo o recenseamento de 1860, eles somam 9 milhões de habitantes, mas esse número inclui também os 3,5 milhões de escravos negros, cuja presença inspira, mais do que nunca, o medo de uma revolta escrava. Resumindo, os sulinos combatem numa proporção de um para quatro.

Um rápido exame do potencial econômico da Confederação dá uma ideia mais precisa de sua inferioridade. Suas principais características são a baixa industrialização, uma urbanização muito esparsa, uma rede ferroviária bastante fragmentada (com 14.500 quilômetros), uma marinha quase inexistente – apesar de um porto de grande atividade como Nova Orleans – e uma monocultura algodoeira muito dependente do exterior. A flagrante falta de liquidez também torna o Sul bastante vulnerável, o que o obriga a depender ainda mais dos fardos de algodão para importar da Europa as armas, as munições e os equipamentos necessários para aparelhar seu exército. Com essa ótica, os sulinos procuram fechar negócios comerciais com a França e a Inglaterra, ambas oficialmente neutras. Porém, enquanto aguardam, a fábrica de pólvora de Augusta, na Geórgia, e as usinas metalúrgicas de Tredegar, em Richmond, assumem a pesada tarefa de produzir o essencial do material de guerra dos confederados.

Apesar dessas desvantagens, os “rebeldes” dispõem de um grande trunfo para enfrentar o Norte: suas qualidades militares. Alimentadas numa sociedade rural de tipo aristocrático, elas são inegáveis. Os sulinos, que valorizam as virtudes guerreiras, já estão acostumados à vida ao ar livre, à prática das armas de fogo e às longas cavalgadas. Logo, para eles, é mais fácil se tornarem soldados improvisados, ainda mais que a convicção de defender o próprio solo age como um estimulante de suas energias. Além disso, os confederados contam em suas fileiras com a fina flor dos antigos oficiais do exército regular dos Estados Unidos. Entre essa massa de demissionários que escolheram oferecer

suas espadas à causa do Sul, encontram-se chefes valorosos, como os virginianos Lee, Stuart e Jackson, ou o louisianense Beauregard. Todos eles comandantes experientes, prontos a liderar os novos recrutas que trepidam de impaciência para entrar no fogo de uma batalha que ambos os lados julgam decisiva.

### III. A ilusão de uma guerra curta

**1. O imenso campo de operações** – A formação de dois blocos antagônicos num território federal em plena expansão explica o tamanho e a variedade do campo de operações. Podem-se distinguir três zonas de confrontos, todas com características muito próprias, praticamente sem qualquer relação entre si até o último ano do conflito.

No leste, entre a cordilheira dos Apalaches e a costa atlântica, a primeira frente situa-se nas matas e vales do estado da Virgínia. O epicentro das hostilidades encontra-se mais precisamente entre Washington e Richmond, as capitais dos dois governos rivais, com uma distância de apenas 150 quilômetros entre elas. É verdade que as condições não são favoráveis para a movimentação de um exército, já que essa estreita faixa de terreno é cortada por obstáculos naturais, como os diversos cursos d'água que desembocam na baía de Chesapeake. Contudo, a proximidade entre as capitais também é perigosa. Do Capitólio enxerga-se o rio Potomac, que divide o Distrito de Colúmbia e a Virgínia, ou seja, o Norte e o Sul, a União e a Confederação. Pior ainda, a duvidosa lealdade de Maryland oferece aos sulinos a possibilidade de lançar sutis contra-ataques sobre Washington, seja num assalto direto, seja num movimento contornando por fora e passando pelo rico vale de Shenandoah. Os nortistas, por sua vez, não estão parados, pois o terreno oferece-lhes vantagens igualmente importantes. Desde o início, os federalistas sentem a grande tentação de recorrer à via marítima para desembarcar uma tropa expedicionária a poucos quilômetros a leste de Richmond.

A oeste da cordilheira dos Apalaches, a frente de batalha é menos definida. Lá, no prolongamento da linha Mason-Dixon traçada a leste, o rio Ohio, cuja largura e vazão formam um obstáculo natural de primeira ordem, funcionava tradicionalmente como fronteira entre o Norte e o Sul. Ora, a opção decidida do Kentucky e da Virgínia Ocidental de permanecer na União impede os sulinos de contar com essa notável linha de defesa. Talvez mais grave ainda, o Cumberland e o Tennessee, dois afluentes do Ohio, servem mais de vias de penetração dos nortistas no Sul do que de linhas de resistência secundárias para os rebeldes. Assim, acrescentando-se a baixíssima densidade demográfica da região, é imenso o perigo que cerca o Mississippi, principal artéria da Confederação. Logo, nesse setor, a estratégia do Sul é puramente defensiva, como atesta a multiplicidade de praças-fortes espalhadas ao longo do grande rio (Port Hudson, Vicksburg, Forte Pillow).

A terceira frente envolve a marinha. Em 19 de abril de 1861, seguindo os conselhos do general Scott, o presidente Lincoln decretou o bloqueio das costas sulinas. É o “plano Anaconda”, destinado a impedir que o Sul receba as provisões indispensáveis à sua sobrevivência, impedindo-o de vender suas produções ao exterior. Entre a baía de Chesapeake e o golfo do México, são mais de 5 mil

quilômetros de litoral que a frota marinha nortista, sob o impulso do ministro da Marinha Gideon Welles, precisa vigiar. De fato, a gigantesca missão confiada a Welles revela acima de tudo a ausência de um sólido aparato militar experiente em assuntos de guerra.

**2. O estado geral de despreparo militar** – Em 1861, os Estados Unidos são uma nação desprovida de verdadeiras tradições militares. Afora as guerras indígenas, o país só conhecera três conflitos de amplitude muito variada. Primeiro as duas lutas contra o Reino Unido, a Guerra da Independência (1775-1781) e depois a guerra de 1812-1814 foram basicamente travadas com exércitos de voluntários notórios pela indisciplina. A seguir, tal como os confrontos esporádicos com as tribos indígenas hostis, os combates vitoriosos contra o México (1846-1848) foram empreendidos em larga medida pelo exército regular, sem jamais precisar de grandes contingentes de forças.

Ao contrário das potências europeias, os Estados Unidos sempre rejeitaram a ideia de manter um forte exército nacional permanente. Assim, quando soa o primeiro tiro de canhão no Forte Sumter, o exército regular da União conta com apenas 16 mil homens, espalhados num espaço com cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados entre os 79 postos de divisa disseminados a oeste do Mississippi. Pouco treinados, muitas vezes malvistos por seus concidadãos, esses soldados contentavam-se em enfrentar a “ameaça indígena” e proteger os colonos. Apenas a elite do corpo de oficiais, formada na escola militar de West Point, era relativamente versada na prática do ofício.

Essa surpreendente fraqueza dos efetivos do exército regular no momento da crise explica-se pela desconfiança visceral dos americanos em relação a um aparato militar capaz, a seus olhos, de fortalecer o poder do estado central e assim ameaçar as liberdades individuais e locais. Além disso, o apreço pela instituição dos voluntários desde as proezas dos *Insurgentes* de George Washington e a necessidade de não deixar improdutivos os braços necessários ao enriquecimento do país justificam esse tipo de organização militar: o exército regular está diretamente subordinado ao governo federal, ao passo que o exército voluntário é recrutado, equipado e organizado pelos estados federados, por iniciativa do governador e de cidadãos influentes, e depois posto ao serviço da União por um prazo determinado.

Em teoria, cada estado deveria manter uma milícia e assim ter uma reserva sempre pronta de soldados-cidadãos bem-treinados. Todavia, como bem observa o conde de Paris em sua visita aos Estados Unidos, eram sobretudo “tropas de desfile sem nenhuma experiência no ofício militar”, portando orgulhosamente “uma inútil ostentação de dragonas e tambores”. No entanto, várias milícias sulinas eram bem-treinadas e equipadas devido à necessidade de manter uma força local capaz de enfrentar eventuais revoltas escravas.

Então, em 1861, os dois campos têm de improvisar tudo, soldados e materiais, o que, por conseguinte, exclui um desfecho rápido. Mesmo assim, os recrutas estão otimistas. Aguardando uma guerra curta e gloriosa, dezenas de milhares de jovens alistam-se sob as bandeiras sem a menor ideia dos perigos, dos rigores ou das dificuldades da vida militar. Os dois exércitos nutrem ilusões. Brota nos espíritos a ideia de uma batalha decisiva na Virgínia. No Norte, ressoa

o mesmo brado. “Todos para Richmond!” A imprensa deixa de lado qualquer reserva. *Chicago Tribune* escreve: “Illinois sozinho pode bater o Sul”. *New York Tribune*, por sua vez, prevê um acerto de contas bastante prático: “No máximo em 4 de julho, Jefferson Davis e seu bando estarão pendurados nas torres de Washington”. O Sul também mostra absoluto menosprezo. Zomba-se da “covardia” dos ianques, de seu exército de cidadãos desleixados, incapazes de uma campanha de guerra. Os confederados estão convencidos de que lhes basta deter o inimigo em campo para arrefecer seus ardores e vencer a guerra pelo cansaço.

**3. O episódio de Bull Run e suas consequências** – Para seus objetivos de guerra, Lincoln é obrigado a tomar a iniciativa estratégica no verão. Para corresponder ao entusiasmo geral, o presidente precisa obter resultados rápidos, principalmente porque as tropas disponíveis são compostas, em sua grande maioria, de voluntários engajados por três meses, cujos serviços logo se encerram. Apesar das reservas do general Irwin McDowell, que assume o comando efetivo do exército localizado na capital federal, toma-se a decisão de ir de encontro aos confederados.

Em 21 de julho de 1861, um domingo, o confronto tão aguardado se dá a apenas quarenta quilômetros de Washington, perto de Bull Run, na Virgínia. Nesse dia, uma multidão de jornalistas, congressistas e simples curiosos segue de longe o exército nortista para assistir à esperada vitória de McDowell. Porém, como para seus adversários, este é o batismo de fogo para quase todos os jovens soldados da União. O combate é dos mais confusos. As tropas sulinas, comandadas pelos generais Pierre Beauregard e Joseph E. Johnston, estão a ponto de se retirar pela esquerda quando percebem a chegada de reforços vindos do vale de Shenandoah. O brilhante contra-ataque subsequente é conduzido pelo general Thomas “Stonewall” Jackson. Os nortistas são derrotados. Mais grave ainda, o verdadeiro pânico que se apodera de suas fileiras resulta numa incrível debandada. Perseguidos pelos cavaleiros de Stuart, os soldados federalistas, aterrorizados e exaustos, jogam as armas e abandonam canhões, carroças e carretas de feridos para se misturar aos civis numa fuga desabalada para Washington. Inegavelmente a vitória coube aos sulinos, mas a desorganização de seu exército os impede de dar o golpe de misericórdia ao outro lado do Potomac. Embora seja uma boa ocasião, Jefferson Davis lembra a seus fofosos subordinados que não está nos planos da Confederação marchar em território inimigo.

Enquanto o general Scott repreende severamente “os maiores covardes da América” na volta destes à capital federal, Lincoln reafirma sua decidida vontade de esmagar a rebelião. Não há a menor hipótese de negociar com os sulinos. Fazem-se necessários novos esforços. Portanto, o Congresso não hesita em conceder ao presidente o poder de emitir um empréstimo de 400 milhões de dólares e de convocar 500 mil voluntários por três anos. Por fim, a obra de reorganização do exército nortista é confiada a dois homens enérgicos: Edwin Stanton, nomeado novo ministro da Guerra, e sobretudo o general George B. McClellan, a estrela em ascensão do alto oficialato.

Nos dois campos, faz-se sentir a terrível realidade da guerra civil. Os americanos percebem que Bull Run é apenas um prelúdio de novos derramamentos de sangue. De ambos os lados, os combatentes preparam-se com igual determinação para novos sacrifícios. Numa carta enviada a um parente, Robert Lee expressa com firmeza o sentimento que predomina nos estados da Confederação: “O Sul lutará enquanto restar um cavalo capaz de carregar seu cavaleiro e um braço para brandir uma espada”. A luta realmente assume proporções gigantescas. Os Estados Unidos preparam-se para viver as horas mais negras de sua história.

## CAPÍTULO IV

### O TEMPO DAS INCERTEZAS

Contra todas as expectativas, a guerra civil patina num impasse sangrento. Ao preço de pesados sacrifícios, as duas forças estão equilibradas nos campos de batalha, embora ambas sofram sérios reveses. De fato, nos dois primeiros anos da luta, nortistas e sulinos enfrentam-se numa sucessão de combates mais sangrentos do que decisivos. As façanhas do general Lee na frente de batalha da Virgínia ou as incursões notáveis dos exércitos federais no Oeste não põem termo à guerra. Na terra e no mar, ninguém ainda pode dizer com certeza a quem caberá a vitória.

#### I. As campanhas do Leste

**1. A campanha da península** – Após a batalha de Bull Run, os sulinos estão satisfeitos com a boa lição que deram aos ianques. Muitos creem ter desmoralizado seriamente o adversário e julgam já ter alcançado a vitória. Ora, longe de ceder ao desencorajamento, os nortistas, pelo contrário, ficam inflamados e impacientes em lavar a afronta. No Norte, todas as esperanças concentram-se no general George McClellan, elevado ao estatuto de homem providencial.

Com apenas 34 anos, o “Jovem Napoleão”, como agora é apelidado, não hesita em suceder ao general Winfield Scott, o qual, com a avançada idade de 86 anos, não está mais capacitado para a ativa, e torna-se o comandante-chefe da principal tropa em campanha, logo batizada de “exército do Potomac”. Além de ser um excelente organizador, McClellan é um verdadeiro profissional na formação dos recrutas. Perfeccionista, em poucos meses ele consegue equipar e treinar os soldados federais, assim como lhes devolver a confiança. Muito estimado por seus homens, o general federalista converte o exército do Potomac numa temível máquina de guerra capaz de vencer em campo.

Entretanto, McClellan orgulhava-se demais do belo exército que havia montado para se atrever a correr qualquer risco, por medo de lhe causar o mínimo revés. Cedendo às repetidas ordens do presidente Lincoln, apenas em março de 1862 ele resolve tomar a ofensiva, à frente de quase 200 mil homens. Seu excelente e complexo plano estratégico supõe um certo domínio dos movimentos de grande envergadura. Com efeito, a ideia é transportar as tropas por via marítima até a península da Virgínia, entre os estuários dos rios York e James, para tomar Richmond pela retaguarda. De lá, o jovem comandante nortista espera aproveitar sua superioridade numérica e as vantagens materiais oferecidas pela operação anfíbia e esmagar a capital rebelde.

Num primeiro momento, o plano funciona às mil maravilhas. O longo rodeio imaginado por McClellan pega totalmente desprevenidas as forças sulinas do general Joseph Johnston, sempre concentradas em torno de Centreville, no

norte da Virgínia. Desembarcando em Forte Monroe no começo de abril, um exército invasor de 120 mil homens alcança as portas de Richmond, enquanto uma segunda força comandada pelo general McDowell prepara-se para seguir por terra, saindo de Washington. A Confederação parece estar com os dias contados.

No entanto, apesar de uma superioridade de quase dois para um, McClellan, com sua indecisão, transforma as vantagens de seu exército em chances contrárias. Primeiro, ele perde um tempo considerável sitiando as fortificações confederadas de Yorktown, defendidas pelas escassas tropas do general Magruder. Depois, seu imobilismo e sua falta de habilidade prática permitem que Johnston crie redes de defesa em volta de Richmond. É verdade que o primeiro contra-ataque sulino, empreendido às pressas em 31 de maio, é repellido em Seven Pines. Mas o pior é que McClellan fica nervoso e imagina estar enfrentando forças em número muito superior. Devido aos relatórios alarmistas e errôneos que lhe são transmitidos pelo chefe de seu serviço de informações, o famoso detetive Allan Pinkerton, ele pede alarmado novos reforços. Com tudo isso, os nortistas agora perderam sua iniciativa estratégica, a tal ponto que as tropas da União não conseguem juntar-se conforme o planejado.

Para afrouxar o torniquete que ameaça a capital, os dirigentes confederados encarregam o general “Stonewall” Jackson, o herói de Bull Run, de avançar resolutamente para Washington e provocar o retorno de McDowell. Com menos de 20 mil homens sob suas ordens, Jackson penetra rapidamente no rico vale de Shenandoah e lá, no mês de maio, derrota sucessivamente quatro exércitos nortistas lançados em seu encalço. Não contente em ter causado uma comoção suficiente nas ruas da capital federal a ponto de convencer Lincoln a chamar de volta McDowell com urgência, o formidável general confederado volta a Richmond a tempo de contra-atacar McClellan, arrastando atrás de si um butim considerável e milhares de prisioneiros.

Ferido em Seven Pines, Johnston transfere a defesa da capital confederada a Robert E. Lee, nomeado novo comandante-chefe do exército da Virgínia do Norte. Sendo exatamente o contrário de McClellan, a “raposa cinza da Confederação” demonstra uma admirável habilidade de manobra, apesar da inferioridade numérica de suas forças. Sofrendo constantemente os audaciosos ataques dos cavaleiros do general “Jeb” Stuart, que desferem seus golpes de surpresa, os federalistas sentem-se desorientados em seus cálculos estratégicos. A expedição logo se transforma num verdadeiro pesadelo para eles. As deserções e as terríveis doenças contraídas nos pântanos pestilentos de Chickahominy dizimam suas fileiras. As chuvas torrenciais que se abatem sobre a Virgínia transformam os rios em torrentes enlameadas e tornam os caminhos impraticáveis. Apesar disso, Lincoln dá ordens a seu comandante geral de “destruir o exército rebelde”.

Na sangrenta batalha dos Sete Dias (de 26 de junho a 2 de julho de 1862), as repetidas ofensivas de Lee salvam Richmond e ameaçam cercar as tropas nortistas. Finalmente, elas precipitam a ordeira retirada de McClellan, que atribui toda a responsabilidade da derrota à falta de reforços e à ingerência canhestra do presidente Lincoln na condução das operações militares. Não querendo admitir

seus erros, o “Jovem Napoleão” cai em desgraça ao voltar a Washington.

**2. A invasão malograda de Maryland** – O desastre da campanha da Península mergulha o Norte em consternação. Lincoln admite sua incompetência no campo militar. Como sucessor de McClellan, ele decide apelar a um comandante vindo do Oeste: o general John Pope, um republicano extremista conhecido pela impiedade.

Impaciente, Pope arde de vontade de enfrentar Lee, cujo valor ainda não conhece. Assim, ele se põe rapidamente em marcha à frente de um exército de 70 mil soldados, entre os quais ele continua sendo muito impopular. Uma vez mais, porém, são os sulinos que tomam a dianteira no norte da Virgínia. Em 26 de agosto, “Stonewall” Jackson empreende uma inacreditável marcha de flanco. Em dois dias, num terreno pedregoso, ele contorna a ala direita de Pope e vai pilhar os depósitos federais de Manassas em sua traseira. A armadilha logo se fecha sobre o novo comandante federalista, mais uma vez no campo de batalha de Bull Run. Em 29 e 30 de agosto, enquanto Pope ataca Jackson com todas as suas forças, Lee vem resgatar seu subordinado e pega os nortistas totalmente de surpresa. A manobra pela retaguarda tem pleno êxito. Humilhado e perseguido pela cavalaria de Stuart, Pope tem de se retirar para as defesas de Washington.

Orgulhoso por seu sucesso, que liberta a Virgínia, o general Lee concebe um plano bastante audacioso. Longe de suas bases, ele não se resigna a esperar, pelo receio de perder os frutos de sua vitória. Sua ideia é, de fato, levar a guerra ao Norte. Em vez de expor seu exército aos riscos de um ataque frontal contra Washington, Lee espera avançar sobre a capital pelo norte, passando por Maryland. Nesse estado sulino que se mantém fragilmente ligado à União, ele espera ter a convivência dos habitantes para obter reforços e alimentos necessários para o êxito da invasão. Outros motivos também inspiram o comandante sulino. Convencido de que o tempo trabalha em favor de Lincoln, Robert Lee pretende causar um efeito político com a aproximação das eleições legislativas no Norte. O pânico que certamente seria provocado por uma campanha tão aguerrida talvez fosse capaz de obrigar Lincoln, com ou sem maioria no Congresso, a negociar a paz. Além disso, uma operação vitoriosa em território tão avançado da União poderia levar as potências europeias, como a França e a Inglaterra, a reconhecer a credibilidade da Confederação como estado independente e soberano.

Em 6 de setembro, o exército sulino inicia a travessia do Potomac. As esperanças de Lee logo se veem frustradas. A acolhida dos habitantes de Maryland é fria, se não glacial. Muitos deles não entendem o sentido de tal invasão. As tropas de Lee, por sua vez, estão famintas e esfarrapadas, além de sofrerem deserções em massa.

Enquanto isso, no Norte, organiza-se o contra-ataque. O general John Pope é destituído, e o comando do exército do Potomac retorna a McClellan, decidido a devolver o brilho a suas insígnias. Perseguindo os sulinos, a sorte sorri ao “Jovem Napoleão”: uma das ordens escritas de Lee cai nas mãos de seu estado-maior, revelando-lhe todo o posicionamento inimigo. Contudo, uma vez mais, ele se mostra lento, prudente, indeciso, desperdiçando as chances de abreviar o conflito. É verdade que, em 17 de setembro, às margens do Antietam,

um dos afluentes do Potomac, seu exército repele o inimigo, forçando-o a voltar para a Virgínia. Todavia, apesar da superioridade numérica de mais de dois para um, ele perde a ocasião de aniquilar as tropas exaustas de Lee, quase à sua mercê, recusando-se a persegui-las. Nos dois campos, calculam-se baixas de 6 mil mortos e 17 mil feridos, o que faz da batalha de Antietam o dia mais sangrento da história americana. Longe de ser a proeza pretendida por McClellan, na verdade não passa de uma vitória de Pirro para o Norte.

**3. Desastre nortista em Fredericksburg** – Extraído as lições dos episódios anteriores, o presidente Lincoln pensa em destituir outra vez o general McClellan. No entanto, teme atrair os ataques da opinião pública, entre a qual o jovem comandante goza de grande popularidade. Pressionado pelos membros de seu gabinete, porém, Lincoln não tem muita escolha. Democrata fervoroso, o incontestável queridinho do exército não oculta suas ambições políticas e o ódio incontrolável que alimenta pelo “gorila” da Casa Branca. Em 7 de novembro, após um assalto audacioso da cavalaria confederada por trás das linhas nortistas, McClellan é exonerado. O general Ambrose Burnside, um sólido republicano, quer que lhe seja confiada o comando do exército do Potomac.

Como Pope antes dele, essa escolha revela-se pouco judiciosa. Estrategista ruim, mal recebido pelo exército, Burnside não tem como rivalizar com Lee. Mesmo assim, continua decidido a justificar em campo sua nomeação para o cargo. Então, à frente de 120 mil homens, o general nortista lança-se à conquista de Richmond seguindo pela costa. Robert Lee, que a duras penas consegue reunir 80 mil homens, aguarda o adversário firmemente plantado em Fredericksburg, um pequeno burgo situado na margem oeste do Rappahannock. Contra o parecer de seus auxiliares, Burnside lança um ataque insensato cruzando o rio em 13 de dezembro. Solidamente entrancheirados, os soldados confederados destroem as ondas de assalto federalistas sob um fogo cerrado. A carnificina nos lodaçais de Fredericksburg custa 12 mil homens aos nortistas e 6 mil homens aos confederados. Lee, satisfeito por ter infligido uma aguda derrota ao inimigo, não persegue as tropas de Burnside, preferindo montar seu aquartelamento de inverno para poder preparar com toda a calma os planos de uma campanha para a primavera. No Norte, a notícia do desastre espalha o medo por todas as partes. Como seus infelizes predecessores, Burnside é demitido do comando, vítima de sua louca temeridade. Em Washington, o presidente Lincoln está mais desesperado do que nunca para encontrar um general vitorioso. Lee continuaria a desafiar a bandeira federal?

**4. Vitória de Lee em Chancellorsville** – No final de janeiro de 1863, Lincoln julga ter finalmente encontrado a pérola rara na pessoa do general Joseph Hooker, conhecido pela alcunha de “Joe, o Batalhador” devido a seu temperamento enérgico e belicoso. Na primavera, ele se lança prontamente ao ataque com 113 mil homens sob suas ordens. Lee dispõe de apenas 53 mil soldados para enfrentá-lo. Seguro de sua superioridade e de seus planos infalíveis, o novo comandante nortista pretende destruir o adversário com um vasto movimento cercando as trincheiras sulinas estabelecidas em Fredericksburg. Ameaçada de sítio, a “raposa cinzenta” logo adivinha as intenções do inimigo e desloca o grosso de suas forças para Chancellorsville, na confluência do

Rappahannock e do Rapidan.

Em 2 de maio, sem querer deixar a iniciativa a Hooker, Lee concebe uma manobra extremamente ousada. Desprezando um dos princípios mais elementares da arte da guerra, ele escolhe deliberadamente dividir suas forças, embora já muito inferiores em termos numéricos. Por que arriscar tal imprudência? Enviados em reconhecimento, os intrépidos cavaleiros de Stuart descobriram uma falha essencial no posicionamento das forças nortistas: a ala direita de Hooker, que ficou sem a menor proteção a oeste de Chancellorsville, está “sem apoio”. Assim, mais uma vez Lee encarrega “Stonewall” Jackson de contornar o flanco adversário. Com 28 mil homens, seu fiel auxiliar atravessa a toda brida a área de matas que o separa da retaguarda de Hooker. Enquanto isso, Lee, que já entregou quase 10 mil soldados ao comando do general Jubal Early diante de Fredericksburg, faz mira no inimigo. Apenas 14 mil soldados seus enfrentam quase 100 mil federalistas. O sucesso da operação, que se baseia simultaneamente no arrojo de Jackson e na imperícia de Hooker, é completo. Além disso, sem as informações de sua cavalaria, enviada às pressas para um ataque-surpresa na direção de Richmond, o comandante do exército do Potomac não tem condições de descobrir a tempo o movimento dos confederados contornando por fora. Totalmente surpreendido pela sutileza da manobra, Hooker fica tolhido. Sofrendo séria derrota, ele ordena um recuo para o outro lado do Rapidan, para desgosto de seus oficiais. Se, por um lado, Lee conquistou sua vitória mais espetacular do ponto de vista estritamente militar, e tão benéfica para o moral de suas tropas, por outro lado as perdas decorrentes dessa ofensiva são consideráveis. Cerca de 13 mil homens, ou seja, 22% de suas forças, ficam fora de combate, contra 17 mil de Joseph Hooker. Entre os mortos está seu braço direito Jackson, ferido acidentalmente por seus próprios soldados.

Portanto, no palco do Leste, primordial aos olhos dos beligerantes, os sulinos levam a melhor sobre os exércitos do Norte, a ponto de se julgar invencíveis. Porém, esses sucessos, caros e improficuos, não permitem esquecer que, no Oeste, são os federalistas que estão em clara vantagem.

## II. A frente ocidental

**1. Os *Border States* na linha de tiro** – O controle dos estados limítrofes, barreiras contra a invasão para os sulinos ou corredores de penetração para os nortistas, adquire uma importância estratégica fundamental desde o começo das hostilidades. Controlando o curso inferior e a foz do rio Mississippi, a Confederação é a primeira a se pôr em ação. Seu objetivo é construir uma excelente linha de defesa no alto vale do “Pai das Águas” na altura de sua confluência com o Ohio. Nisso ela é encorajada pelas ambições de dois estados limítrofes – a saber, o Kentucky e o Missouri, que, embora oficialmente tenham se mantido leais ao governo federal, já vivem uma tremenda luta interna entre os partidários dos dois campos. Especialmente no Missouri, uma terrível guerrilha alastra-se entre os *Bushwackers*, francoatiradores confederados sob a liderança de chefes sanguinários como Quantrill ou “Bloody Bill” Anderson, e os *Jayhawkers*, simpatizantes da União igualmente dados aos saques e pilhagens.

As tropas de voluntários, recrutadas às pressas, naturalmente sentem muita dificuldade em se mover num terreno tão incerto, com caminhos raros e pouco seguros. Ora, em Washington, Lincoln adivinha as consequências nefastas que decorreriam da perda de um dos *Border States*. O rio Ohio não se estende por quase oitocentos quilômetros pela fronteira setentrional do Kentucky? Além disso, dois afluentes navegáveis do grande rio, o Cumberland e o Tennessee, não atravessam o Kentucky até o centro do Tennessee e o norte do Alabama? Assim, o presidente exorta constantemente seus generais a tomar a ofensiva.

No Missouri, apesar do auxílio dos índios cheroquis, os confederados perdem rapidamente qualquer esperança de controle. É verdade que, em 10 de agosto de 1861, em Wilson's Creek o general nortista Nathaniel B. Lyon foi derrotado por Sterling Price, comandante da milícia rebelde do estado. Contudo, em sua base de Saint Louis, os federalistas organizam um contra-ataque em represália que renderá seus frutos em 6 de março de 1862, em Pea Ridge, nos confins do Arkansas e do Missouri. Perseguido, Price refugia-se no Arkansas. A partir daí, e quase até o final da guerra, os exércitos nortistas que ocupam o Missouri terão de enfrentar apenas a ameaça, porém séria e perigosa, dos bandos de guerrilheiros armados.

No Kentucky, a situação é outra. Saindo do noroeste do Tennessee, o exército sulino, sob as ordens do general Leonidas Polk, é o primeiro a invadir o solo kentuckiano, assumindo o papel de agressor aos olhos da população local. Em setembro de 1861, os confederados ocupam e depois fortificam o alto do terminal ferroviário de Columbus, dominando o Mississipi. No entanto, do lado nortista, as operações são conduzidas pelo general Ulysses Simpson Grant. Nascido em 1822, formado em West Point, ele é um veterano da Guerra do México. Em 1854, foi afastado do exército, principalmente por causa de seu gosto imoderado por bebidas alcoólicas. Voltando por algum tempo à vida civil, na qual passa de fracasso em fracasso, Grant agora pretende demonstrar todo o alcance de suas capacidades militares. Em vez de avançar sobre Columbus, ele decide levar suas tropas até a ponta setentrional do Tennessee. Secundado pelo almirante Foote, comandando uma flotilha de canhoneiras, ele se apodera dos fortes Henry e Donelson, obstruindo os vales dos rios Tennessee e Cumberland, em 6 e 16 de fevereiro de 1862. O sucesso de Grant é de importância crucial, pois abre a rota do estado do Tennessee para a invasão do Norte.

**2. De Shiloh a Stones River** – O general Albert S. Johnston, comandante-chefe das tropas rebeldes na frente do Mississipi, é obrigado a evacuar o vale do Cumberland. Escolhe deliberadamente transportar suas tropas até Corinth, na divisa do Tennessee e do Mississipi, para preparar um contra-ataque. Dois exércitos nortistas, totalizando 100 mil homens, avançam profundamente no Tennessee. Um deles, comandado por Grant, desce rapidamente o curso do rio Tennessee, sempre com o auxílio da marinha. O outro, liderado por Don C. Buell, parte do centro do Kentucky, obtendo no caminho a capitulação de Nashville em 25 de fevereiro.

Atendendo às ordens várias vezes repetidas pelo presidente Jefferson Davis, Johnston toma a iniciativa antes que ocorra o fatal encontro das duas forças invasoras. Em 6 de abril de 1862, ele se lança de surpresa sobre o exército

de Grant, posicionado perto da igreja de Shiloh. Beauregard, que assume o comando das tropas confederadas após a morte súbita de Johnston, está a pique de penetrar a esquerda nortista quando a vanguarda de Buell chega ao campo de batalha. No dia seguinte, prossegue o combate. Agora é a vez de Beauregard ser desbaratado. Para evitar o cerco, o general sulino prefere dar ordem de retirada. As perdas registradas são enormes: 20 mil soldados mortos, feridos ou desaparecidos.

O general nortista Henry Wager Halleck, comandante-chefe do departamento ocidental, encarrega-se pessoalmente de perseguir o inimigo de volta a Corinth. Contudo, prudente e lento para se pôr em movimento, ele não quer engajar seus homens numa batalha campal. Assim, em vez de tentar destruir o exército confederado, ele opta por um cerco em regra. Todavia, em 25 de maio, Beauregard consegue evacuar a cidade sem nenhum tiro e vai embrenhar-se um pouco mais no sul.

Mais um duro golpe para o Sul: a posição de Columbus, tida como inexpugnável, já parcialmente evacuada em fevereiro, cai por completo nas mãos dos nortistas em 7 de abril, após uma brilhante operação conjunta contra a “ilha número dez”. Em 6 de junho, as canhoneiras nortistas obrigam Memphis a se render. O cerco se fecha. Agora nada mais parece obstruir a navegação nortista no alto Mississipi.

Em Richmond, o governo está preocupado com essas derrotas sucessivas na frente de batalha do Mississipi. Para deter a invasão nortista, aventa-se a ideia de invadir o Kentucky pelo leste. Tal como Maryland, o Kentucky é sulista de coração e, além disso, escravista. Caso a operação saia vitoriosa, não poderia o Kentucky se aliar à Confederação e formar uma temível barreira contra o avanço federalista?

Em julho de 1862, o general Braxton Bragg toma a ofensiva. Porém, tal como Lee ao entrar em Maryland, os resultados logo se mostram decepcionantes. Perseguidos por Buell, os soldados confederados assumem a figura de invasores indesejados. Ademais, as devastações que os cavaleiros do general John Hunt Morgan deixam atrás de si não contribuem para melhorar as coisas. Em 8 de outubro de 1862, após a batalha indecisa de Perryville, Bragg consegue a duras penas tomar o caminho de volta.

Durante o inverno, as operações rumam para o sudeste, e não mais unilateralmente para o sul. Guiado por motivações mais políticas do que militares, o presidente Lincoln pede a seus generais que socorram os habitantes dos montes Allegheny (Tennessee oriental), hostis à Confederação. Em virtude disso, Bragg monta seu acampamento de inverno perto da cidade de Mufreesboro, situada na ferrovia de Nashville a Chattanooga. Partindo de Nashville, o general federalista Rosecrans avança vigorosamente sobre ele. Durante três dias, de 31 de dezembro de 1862 a 2 de janeiro de 1863, trava-se o combate às margens de Stones River, na saída da cidade. Nos dois exércitos, o índice de baixas é próximo de um terço dos efetivos. Diante da tenacidade de Rosecrans, Bragg decide bater em retirada, mas sem grande alcance estratégico, pois o exército nortista, tão esgotado quanto o adversário, não é capaz de prosseguir a campanha.

Os resultados das operações são claros: na frente ocidental, a decisão só poderia se dar no Mississippi.

### III. A guerra naval

**1. A lenta aplicação do plano Anaconda** – Quando o presidente Lincoln, em 19 de abril de 1861, decide bloquear as costas sulinas para asfixiar a economia da Confederação, à primeira vista a pequena marinha americana parece despreparada para a tarefa. Em 1861, ela não passa de cem navios, na maioria embarcações à vela sem nenhuma capacidade militar. Além disso, potência marítima alguma jamais tentara bloquear uma costa de tamanha extensão. O litoral a ser vigiado, com 5 mil quilômetros de comprimento, apresenta um conjunto de baixios ou mesmo pântanos de difícil acesso para embarcações de grande calado. Assim, sob a enérgica direção de Gideon Welles, ministro da Marinha, o governo federal precisa fazer um esforço considerável para dispor dos serviços de mais de 700 navios, sendo 600 vapores armados com 55 mil homens.

Para facilitar esse empreendimento, desde o início da guerra a frota da União apressa-se em ocupar algumas ilhotas nas entradas dos portos confederados. A partir desses pontos de apoio, o Norte espera manter uma ameaça constante de desembarque no Sul, obrigando-o a dispersar suas forças militares em detrimento das frentes principais. Após o sucesso de algumas operações conjuntas, as expectativas de Washington são atendidas: Hatteras (agosto de 1861) e Roanoke Island (8 de fevereiro de 1862) na Carolina do Norte, Port Royal na Carolina do Sul (7 de novembro de 1861) e principalmente o Forte Pulaski (11 de abril de 1862), que controla o acesso marítimo de Savannah na Geórgia, caem nas mãos dos federalistas.

Para reagir com eficácia a essa ameaça marítima, a Confederação vê-se obrigada a improvisar uma frota de guerra. Ora, o ministro da Guerra do Sul, Stephen R. Mallory, não pode lutar com igualdade de armas devido à restrita capacidade industrial dos estados separatistas. Nessas condições, o Sul resolve conduzir uma guerra de corso, proibida pela Declaração de Paris em 16 de abril de 1856, mas à qual os Estados Unidos não tinham aderido. Em 29 de abril de 1861, Jefferson Davis entrega cartas de marca<sup>5</sup> a um certo número de navios corsários que vão sulcar os mares em busca de navios mercantes da União. As autênticas proezas de vários deles, como o *CSS Alabama*, afundado ao largo de Cherbourg em 1864, não conseguem ocultar suas limitações: esses predadores solitários têm dificuldade cada vez maior de atravessar as defesas marítimas federalistas, realmente operantes a partir de 1862, e levar suas presas aos portos sulinos. Em segundo lugar, a estratégia naval escolhida por Mallory baseia-se nos furadores de bloqueio. Esses navios, com base nos portos neutros de Nassau, Bermudas e Havana, devem esgueirar-se por entre as malhas da rede federalista para desembarcar armas, munições e equipamentos comprados na Europa, principalmente em troca de algodão. Aqui também os resultados são muito menores do que os esperados: vários navios são interceptados ou destruídos, o comércio exterior sofre uma queda vertiginosa em relação ao período anterior à

guerra, o que gera inflação. Em suma, os sulinos logo ficam reduzidos a seus próprios recursos para sustentar a luta. E, sem dúvida, o governo de Richmond mostra-se inventivo na defesa das costas, das enseadas, dos portos e dos rios. Prova disso é o uso de encouraçados, de minas submarinas, de botes porta-torpedos e até do primeiro submarino em operação (*CSS Hunley*). Porém, na primavera de 1862, quando o bloqueio do litoral associa-se pela primeira vez a um avanço a montante e a jusante do Mississippi, alteram-se os dados do problema: a Confederação corre o risco de ser dividida em duas partes.

**2. A tomada de Nova Orleans** – Apesar de sua inexperiência quase completa no plano militar, Lincoln demonstra uma enorme sagacidade estratégica na Casa Branca. Por ora incapaz de encontrar um general capaz de rivalizar com Lee na Virgínia, onde se concentram todos os olhares, o presidente quer desferir um grande golpe no Oeste. Atacando o inimigo em vários locais simultaneamente, ele espera criar uma brecha essencial no coração do território confederado.

Naturalmente, sua escolha recai em Nova Orleans, de longe a maior cidade do Sul, com quase 160 mil habitantes. Situado na foz do Mississippi, esse importante local da Luisiana é também o centro comercial mais ativo da Confederação, uma das joias mais celebradas da sociedade sulina. Ora, as redondezas da região não são favoráveis às operações militares por causa dos terrenos pantanosos. Em 24 de abril de 1862, a esquadra do almirante David Farragut precisa forçar sua passagem no braço principal do Mississippi, bombardeando intensamente os fortes Jackson e Saint-Philippe, que barram a entrada. Em 29 de abril, após um breve combate, Nova Orleans cai nas mãos dos federalistas. Dois dias depois, forças terrestres são enviadas para esquadrinhar a cidade, agora sob o comando fortemente autoritário do general Benjamin Butler.

As consequências para o Sul são terríveis, mesmo que os nortistas ainda não tenham restaurado integralmente a navegação do Mississippi para seus interesses. Em seu formidável ataque, o almirante Farragut conquistou, sem maiores resistências, as capitulações de Baton Rouge e Natchez. Mas o avanço interrompe-se em julho de 1862. Presos entre dois fogos, os confederados mantêm o controle do curso médio do Mississippi, entre Vicksburg no norte (Mississippi) e Port Hudson (Luisiana) no sul. Apesar de combativos, Grant, Foote e Farragut não conseguem tomar essas temíveis posições fortificadas, com uma distância de cerca de apenas 250 quilômetros entre elas, graças às quais a Confederação ainda pode manter contato com seus estados situados a oeste do grande rio (Texas, Arkansas, a parte ocidental da Luisiana). Nessa estreita faixa de território, as comunicações internas do Sul estão por um fio.

#### **IV. As repercussões da luta**

**1. A agitação política no Norte** – Desde a campanha malograda de McClellan na Virgínia, os repetidos reveses dos exércitos federalistas na frente oriental afetam diretamente a política de Abraham Lincoln. Entre as críticas mordazes do partido democrata (com inúmeros filiados que alimentam a corrente de opinião em favor da paz) e o belicismo extremo preconizado pelos republicanos radicais, o homem que preside aos destinos da nação precisa enfrentar uma nova série de dificuldades.

De fato, no Norte, a imensa decepção com as operações militares reforça aos poucos a convicção de que a guerra seria longa, muito onerosa e terrivelmente cruenta. Não seria melhor pôr termo a esses derramamentos de sangue e conviver pacificamente com a Confederação? Não seria o caso de buscar uma paz de compromisso antes que a luta criasse um abismo irreversível entre as duas seções contrárias? Clement L. Vallandigham, o senador democrata por Ohio, toma a frente dos defensores da paz. Esses *Copperheads* (“cobras cabeça-de-cobre”), às vezes ligados ao Sul por interesses financeiros, geralmente contrários aos abolicionistas, exploram tanto as hesitações do governo quanto o cansaço e a incompreensão de seus concidadãos.

Nesse contexto, as eleições legislativas do outono de 1862 iriam demonstrar o desgaste do partido no poder. Os republicanos mantêm a maioria parlamentar, mas com uma diferença de apenas 20 votos, pois os democratas passam de 44 para 75 cadeiras no Congresso. Para enfrentar a ameaça que paira sobre sua política, Lincoln cede à pressão crescente dos “radicais”.

Ele não hesita em suspender o *habeas corpus*, que é a garantia das liberdades individuais, e prender os principais opositores da guerra. Com a lei de 3 de março de 1863, o Congresso chega a autorizá-lo a criar o alistamento militar obrigatório (vigente no Sul desde abril de 1862), instituição contrária aos costumes americanos. Determinado por sorteio, o alistamento admite alguns casos de isenção e autoriza a dispensa com o pagamento de uma soma estipulada em trezentos dólares. Contudo, as desigualdades do serviço obrigatório logo se mostram tão acentuadas que geram motins em Nova York, em julho de 1863, com mais de cem mortos.

**2. A proclamação da libertação dos escravos** – Durante os primeiros dezoito meses de guerra, a luta é conduzida pelo governo federal apenas para impedir que se consuma a secessão. Mas em nome de quais princípios e com quais objetivos?

Desde o início das hostilidades, Lincoln recusa-se categoricamente a identificar sua política com uma cruzada de libertação dos escravos, pelo menos para tranquilizar os estados escravistas que se mantiveram leais à União. Além disso, no plano constitucional, tal medida seria vista como um grave espezinhamento dos direitos dos estados, o que colocaria em questão os fundamentos políticos dos Estados Unidos. Assim, em agosto de 1862, o presidente declara: “Meu objetivo principal nesta luta é salvar a União, não salvar ou destruir a escravidão. Se puder salvar a União sem libertar nenhum escravo, eu o farei; se puder salvá-la libertando todos os escravos, também o farei; e se puder salvá-la libertando alguns e deixando outros de lado, eu o farei da mesma forma”. A seu ver, os sulinos ergueram um braço parricida contra a Constituição, e a guerra deve servir, antes de mais nada, para proteger a herança de 1787. Ora, nessa fase do conflito, mais do que nunca o tema da abolição ocupa o centro do palco.

A política do presidente Lincoln em relação à escravatura é, na verdade, oportunista. Num primeiro momento, ele não consegue se decidir a tomar medidas demasiado vexatórias contra os senhores de escravos cujo federalismo

estava bastante amortecido. Assim, em agosto de 1861, o governo desautoriza a proclamação do general John C. Frémont, comandante-chefe das tropas federais do Oeste, libertando todos os escravos do Missouri. Em maio de 1862, o general David Hunter, comandante dos enclaves nortistas situados nas costas da Carolina do Sul, da Geórgia e da Flórida, sofre uma desventura semelhante. De fato, Lincoln vai impondo gradualmente seus pontos de vista. O que fazer com os milhares de escravos que vêm buscar refúgio junto aos exércitos da União? Em vez de devolvê-los a seus donos, como estipula a lei, o presidente concorda em mantê-los como “contrabando de guerra”, isto é, sem lhes dar a alforria. A seguir, em abril de 1862, a escravidão torna-se proibida no Distrito de Colúmbia. Lincoln move suas peças gradualmente. Cada vez mais sua avaliação é a de que, ao fazer guerra ao governo, os sulinos expõem-se “aos acontecimentos e às calamidades que daí podem resultar”. Pouco depois, em 17 de julho, dá-se um novo passo: o Congresso aprova uma lei libertando todos os escravos fugitivos pertencentes a rebeldes.

Em 23 de setembro de 1862, ou seja, poucos dias depois que o general McClellan finalmente derrota Lee em Antietam, Lincoln toma uma decisão fundamental. Contra o parecer de seu gabinete, ele anuncia a libertação dos escravos, que deve vigorar a partir de 1<sup>o</sup> de janeiro do ano seguinte. A partir dessa data, todos os escravos dos estados rebeldes serão livres; os dos estados leais à União também serão alforriados, mas os proprietários serão indenizados; por fim, os negros são autorizados a combater nos exércitos do Norte, mas sob a condição de servir em unidades distintas, sob o comando de oficiais brancos e com soldo inferior ao dos brancos.

Na verdade, Lincoln está apostando na vitória de suas tropas, pois, em larga medida, a abolição aplica-se a territórios que escapam por completo ao controle do governo federal. Mesmo assim, o fim da escravidão confere uma nova dimensão à guerra: em caso de vitória, a libertação se tornaria inevitável.

Em Richmond, os círculos de Jefferson Davis tomam conhecimento da notícia, qualificando-a de “medida odiosa”. Ela não só reaviva o medo de uma revolta escrava, mas sobretudo, no plano diplomático, no clima liberal que nasceu na Europa com os acontecimentos de 1848, a abolição da escravatura líquida as últimas esperanças da Confederação em ser oficialmente reconhecida no cenário internacional.

**3. Bloqueio e diplomacia** – Na primavera de 1861, quando os holofotes se concentram sobre os Estados Unidos, a França e a Inglaterra decidem manter uma rigorosa neutralidade, reconhecendo aos Estados Confederados a condição de beligerantes.

Todavia, a crise americana não deixa as potências europeias indiferentes. Do outro lado do Atlântico, ela desperta um interesse considerável entre as classes dirigentes e a opinião pública, mesmo que a complexidade dos fatos geralmente escape à análise. Desde o início, a bandeira confederada vem maculada pela escravidão, agora unanimemente condenada no Velho Mundo. Porém, quando a vitoriosa resistência do Sul mostra a seriedade da secessão, logo entram em jogo as simpatias e os interesses de um lado e de outro.

A Confederação, que aspira a entrar no concerto das nações como estado soberano e independente, apressa-se em jogar todos os seus trunfos para obter esse valioso reconhecimento diplomático. Principal produtor mundial de algodão, parceiro comercial indispensável da Inglaterra e da França, o Sul está convencido de que a diminuição de suas exportações, resultado inevitável do bloqueio federal, logo obrigará as potências europeias a exigir, talvez a tiros de canhão, a reabertura do mercado. Na certeza de que “não se ousaria fazer guerra ao algodão” e de que a chantagem logo se mostrará eficaz, os confederados adiantam-se. Muito antes que as costas sulinas encontrem-se sob bloqueio, decide-se pelo embargo para precipitar a “fome de algodão”. O segundo trunfo, e não insignificante, é que os sulinos alegam lutar pelo direito de autodeterminação dos povos. Inscrevendo sua luta na esteira da revolução de 1776, eles pretendem atrair a atenção da Europa, que admitiu o princípio da independência das nações na Itália, na Grécia, na Bélgica e que o invoca em favor da Hungria e da Polônia. Além disso, a Confederação não adotou instituições representativas e democráticas? Não demonstrou suficientemente nos campos de batalha que tinha direito à consideração da comunidade internacional?

Num primeiro momento, as esperanças sulinas parecem fundamentadas. Tanto na França quanto no Reino Unido, não faltam partidários dos confederados. Os meios empresariais dos dois países naturalmente veem com bons olhos o livre-cambismo do Sul, que é grande importador de produtos manufaturados. Além disso, inúmeros conservadores, sentindo afinidade com os fazendeiros ricos do Sul, avaliam que a separação chega no momento exato para conter o temível expansionismo americano. O imperador Napoleão III, por seu lado, acalenta a ideia de criar no México uma monarquia católica sob influência francesa, que funcionaria como zona de expansão para seu comércio e serviria de contrapeso ao predomínio anglo-saxão no continente americano. Assim, a cisão efetiva dos Estados Unidos em dois países independentes e rivais serve a seus interesses, e com isso ele não precisaria mais temer a aplicação da doutrina Monroe, que teoricamente lhe veta qualquer intervenção no Novo Mundo.

Embora a França realmente se beneficie do enfraquecimento dos Estados Unidos para entrar no México em 1862, sua política externa continua a se fundar no acordo com o Reino Unido. Nenhum deles está disposto, na verdade, a tomar em armas para defender a causa sulina. No teatro europeu, as consequências da campanha da Itália e as maquinções da Prússia parecem muito mais preocupantes. E a escassez de algodão? A partir de 1862, ela causa muitas dificuldades nas indústrias têxteis de Lancashire, da Normandia e da Alsácia, mas os grandes estoques acumulados nos anos anteriores e a resultante diversificação das fontes de fornecimento (Egito, Índia, Argélia) frustram os cálculos de Jefferson Davis. Ademais, a Inglaterra importa não só os fardos de algodão do Sul, mas também as safras de trigo do Meio-Oeste. Portanto, ela não pode logicamente se envolver em sérias complicações diplomáticas com os Estados Unidos sem se expor a gravíssimos problemas de abastecimento.

Todavia, por duas vezes as esperanças da Confederação encarnam-se na pessoa de Napoleão III. O imperador está decidido a desempenhar o papel de intermediador entre o Norte e o Sul. Em 10 de novembro de 1862, ele tenta

convencer a Inglaterra e a Rússia de que é chegada a hora de recomendar um armistício aos beligerantes, concebendo-o na base da separação, ou seja, favorável aos sulinos. Contudo, abortada sua iniciativa, em janeiro de 1863 ele tem de se contentar com uma derradeira tentativa de mediação unilateral. Mais uma vez, os bons préstimos do governo imperial são recusados por Lincoln e Seward. Esse novo fracasso representa o fim das esperanças confederadas, pois, a partir daí, a sorte das armas muda de campo e obriga Napoleão III, às voltas com seus assuntos mexicanos, a se afastar definitivamente de uma causa perdida.

---

5. Cartas de marca, de corso ou de represália são documentos oficiais do governo que autorizam ou comissionam particulares a perseguir e pilhar navios inimigos. (N.T.)

## As batalhas



## CAPÍTULO V

### A AGONIA DA CONFEDERAÇÃO

Após dois anos de luta, o equilíbrio das forças inverte-se. Em todas as frentes, as tropas da União ganham terreno sobre um exército sulino reduzido, extenuado e logo acuado em suas últimas trincheiras. Além disso, a superioridade dos recursos humanos e materiais do Norte tem um grande peso na balança. Mas os americanos ainda não acabaram de pagar o imposto de sangue. Até a rendição final do general Lee em abril de 1865, os confederados realmente opõem uma resistência obstinada, com a energia do desespero, que os nortistas só conseguiriam quebrar ao preço de novas calamidades.

#### I. A guinada do verão de 1863

**1. O embate decisivo de Gettysburg** – Apesar de suas vitórias, o general Lee teme o momento em que a União venha a tirar plena vantagem de sua esmagadora superioridade. Ao contrário de muitos irmãos de armas, a “raposa cinzenta” conserva a lucidez. Mesmo mantendo a confiança no valor de seus soldados, ele sabe que uma guerra de desgaste acabaria sendo fatal para o Sul. Os Estados Confederados encontram dificuldades cada vez maiores para substituir suas baixas e não podem se permitir indefinidamente tais sangrias.

Assim, o comandante sulino quer desferir um golpe decisivo, capaz de terminar a guerra em condições vantajosas para o Sul. Com a aprovação de Jefferson Davis, Lee descuida deliberadamente da frente ocidental, onde os sulinos são malbaratados, e planeja uma campanha de verão extremamente ofensiva em território inimigo. Agora seu objetivo é cruzar de volta o Potomac e invadir a Pensilvânia. De lá espera ameaçar Washington pelo norte. Se não conseguir hastear a bandeira rebelde no Capitólio, Lee espera ao menos provocar um pânico no Norte suficiente para dar razão aos partidários da paz.

Na segunda quinzena de junho de 1863, um exército de 70 mil homens atravessa o Potomac subindo para Washington. Evitando cuidadosamente pilhagens e saques, ele se dirige rapidamente a Harrisburg, capital da Pensilvânia. No entanto, Lee não pode aventurar-se mais a norte. Longe da Virgínia, suas tropas têm dificuldade em conseguir provisões na região e a cada instante correm o risco de ver barrado o caminho de volta. Além disso, os sulinos estão avançando aos tanteios. Finalmente detido pela cavalaria federal em 9 de junho em Brandy Station, na Virgínia, o general Stuart parte para um ataque inútil em Maryland, o que o separa do grosso do exército num momento crucial. Assim, sem notícias sobre a força e a posição do exército nortista, Lee não tem condições de avaliar a situação com sua habitual clarividência.

Prevedendo o perigo, o presidente Abraham Lincoln logo dá ordens ao exército do Potomac, instalado em suas bases de Maryland, para se lançar em perseguição dos confederados. Em 28 de junho, com a demissão de Hooker, o

comando das tropas fica a cargo de George Gordon Meade, um general mais ponderado do que talentoso.

Em 1<sup>o</sup> de julho de 1863, as vanguardas dos dois exércitos encontram-se perto da encruzilhada de Gettysburg, ao sul de Harrisburg. O primeiro dia de combate é favorável aos sulinos, que se apoderam de uma linha de elevações (Seminary Ridge), repelindo os nortistas na colina de Cemetery Ridge, que faz uma curva em forma de anzol. No dia seguinte, a batalha recomeça com intensidade maior. Os federalistas, que receberam reforços importantes durante a noite, aproveitam uma breve calmaria para organizar suas defesas. Na verdade, a sorte virou. Longstreet, Hill e Ewell, os principais auxiliares de Lee, não estão à altura da situação. A ausência de Jackson se faz sentir terrivelmente. Incapazes de coordenar os ataques nos flancos do inimigo, seus assaltos terminam com uma medonha safra de cadáveres. Bem ou mal, os nortistas mantêm suas posições.

Em 3 de julho, a carnificina atinge o auge. Vencido pela inesperada resistência de Meade, Lee recusa-se a entregar o campo de batalha ao adversário, como lhe sugere Longstreet reiteradas vezes. Como de hábito, o general sulino tenta uma nova jogada. Querendo penetrar no centro do posicionamento inimigo, como na mais pura tradição napoleônica, ele pede a 14 mil soldados de infantaria, conduzidos pelos homens da divisão do general George Pickett, que façam o impossível: atravessar correndo um terreno totalmente a descoberto por mais de 1.200 metros para tomar de assalto a infantaria nortista, solidamente entrincheirada. A decisão revela-se dramática. Apesar do apoio vigoroso da artilharia e do espetacular impulso da carga, a divisão é dizimada e perde dois terços de seus efetivos. Lee tem de se declarar vencido. Ele empreende a retirada de seu exército para a Virgínia, sem ser perturbado por Meade, já bastante satisfeito com tal desempenho em sua primeira investida.

Depois de três dias de combates encarniçados, o saldo é pavoroso: 51 mil baixas. Meade perde 23 mil de seus 90 mil homens. O general Lee, de sua parte, perde 28 mil, ou seja, mais de um terço dos efetivos do exército da Virgínia do Norte. Para o Sul, a invasão da Pensilvânia termina num banho de sangue. Se o desastre de Gettysburg não diminui o prestígio de Lee, cujo pedido de demissão é recusado por Davis, por outro lado condena os Estados Confederados a adotar a partir daí uma estratégia mais defensiva na frente leste. Inversamente, a vitória é celebrada com grande pompa em todo o Norte. Renasce a confiança, e os objetivos de guerra da União se fortalecem. Em 19 de novembro de 1863, o presidente Lincoln visita os locais de combate para inaugurar o cemitério militar e faz um discurso que mostra esse novo estado de espírito: “Aqui declaramos solenemente que estes mortos não morreram em vão, que esta nação, sob a proteção de Deus, terá um renascimento da liberdade e que o governo do povo, pelo povo, para o povo, não desaparecerá da Terra”.

**2. A queda de Vicksburg** – Enquanto isso, na frente ocidental, trava-se uma partida decisiva. Desde o verão de 1862, todos os esforços das tropas federalistas concentram-se nas cidadelas de Vicksburg e Port Hudson, cuja captura daria à

União o controle de toda a extensão do Mississippi e dividiria o Sul em duas metades (o que privaria a parte oriental dos cereais, do gado e de outros alimentos provenientes dos estados a oeste). O próprio Davis havia afirmado certa vez que, se Vicksburg caísse, o Sul inteiro não tardaria a se desintegrar.

De fato, entre as duas posições defensivas mantidas pelos confederados, Vicksburg era a mais importante. Situada no alto da ribanceira oriental do Mississippi, a praça-forte parece inexpugnável. Logo, todos os ataques feitos pelo rio parecem fadados ao fracasso. Além disso, o flanco nordeste da fortaleza é protegido por uma grande extensão de baixios e pântanos, o que impede que Grant planeje um desembarque a pequena distância da cidade. Durante três longos meses, as tropas federais patinam lastimosamente, dizimadas pela malária. Mesmo assim, à frente de um exército de 40 mil homens e com o respaldo da frota comandada pelo almirante David Porter, o general Grant continua decidido a eliminar essa brecha crucial do bloqueio.

Em abril de 1863, após diversas tentativas malogradas, Grant concebe um plano bastante audacioso para enganar o general John C. Pemberton, comandante da guarnição sulina. Sob um tiroteio cerrado, suas tropas são transportadas de barco até o sul da fortaleza, onde as condições naturais permitem o desembarque. Chegando àquele ponto, não sem feridos, ele se dirige a leste para atacar pela retaguarda os sitiados, agora refugiados dentro das fortificações da cidade. O desespero dos civis logo vem confirmar a eficácia da manobra. Em meados de maio, começa o cerco de Vicksburg. Sem reforços, com escassez de viveres e munições, Pemberton não pode resistir por muito tempo. No entanto, Jefferson Davis ordena-lhe “manter Vicksburg a qualquer preço”. Rapidamente os sitiados passam a viver os mais duros sofrimentos e privações. Ratos, cães e gatos figuram nos açougues da praça. Por fim, em 4 de julho de 1863, após 44 dias de sítio, Pemberton resolve render-se. Alguns dias depois, ao saber da notícia, a guarnição de Port Hudson depõe as armas.

Em Washington, Lincoln não perde a ocasião de frisar a importância dessa vitória estratégica: “O Pai das Águas pode voltar a correr desimpedido para o mar”. Senhores de todo o curso do Mississippi, os nortistas agora estão às portas do Velho Sul.

**3. A decisão no Oeste** – O governo da União logo tira partido dessas novas vantagens estratégicas. Aproveitando a debilitação do moral dos sulinos após Gettysburg e Vicksburg, o Norte obtém novas vitórias, principalmente no estado do Tennessee. Partindo do Kentucky, Burnside, o infeliz derrotado de Fredericksburg, franqueia a passagem de Cumberland e toma Knoxville em 3 de setembro. No dia 9, Rosecrans aproveita o recuo estratégico de Bragg para entrar sem um único disparo na cidade de Chattanooga, entroncamento ferroviário de importância fundamental: de um lado, garante as ligações entre os estados do golfo e a costa atlântica e, de outro, comanda as passagens pelos montes Allegheny. Ocupando Chattanooga como base, os nortistas planejam invadir a Geórgia.

No entanto, a reação de orgulho de Bragg mostraria a situação precária de Rosecrans. Em 20 de setembro, os federalistas são surpreendidos em seu avanço para Chickamauga, no extremo noroeste da Geórgia. Severamente

derrotados, os soldados do Norte refluem na direção de Chattanooga, perseguidos em sua retirada pela audácia dos cavaleiros do general confederado Nathan Bedford Forrest. Quase encerradas num círculo, sem verdadeiros meios de reabastecimento, as tropas federalistas, agora sob o comando do general George H. Thomas, escapam por pouco do desastre. Devem a salvação à chegada providencial do exército vitorioso em Vicksburg (liderado por William T. Sherman, o assistente de Grant), que faz o trajeto subindo o curso do Tennessee, mas também de uma parte do exército do Potomac (conduzido por Joseph Hooker), vindo de Washington de trem. Por fim, em 25 de novembro, depois de terríveis confrontos, seus esforços somados conseguem dissipar a ameaça. Grant obriga Bragg a bater em retirada para o sul. Todo o território rebelde a leste dos montes Allegheny sai do controle da Confederação. O governo de Richmond agora só pode contar praticamente com seus estados da costa atlântica para organizar a última resistência.

## II. A guerra total

**I. A prosperidade do Norte** – No começo de 1864, a guerra dá uma evidente guinada em favor do Norte. Os federalistas devem essas vitórias muito mais aos impressionantes recursos utilizados do que às qualidades militares de seus generais. Em todos os estados que se mantiveram leais à União, por mais de três anos todos os instrumentos de paz foram transformados em máquinas de guerra, sustentando assim uma combatividade e uma vontade de vencer a toda prova. Dessa forma, o conflito, apesar de algumas incertezas iniciais, permite ao Norte um notável desenvolvimento econômico.

O primeiro dado essencial é o crescimento demográfico nos estados do Norte e do Meio-Oeste. Entre 1861 e 1865, entram quase 800 mil estrangeiros no solo da União. São homens dispostos a vestir o uniforme azul ou a preencher as necessidades de mão de obra provocadas pela mobilização dos outros. Calcula-se em 500 mil o número de imigrantes de data mais ou menos recentes, sobretudo alemães e irlandeses, que tomam em armas, ou seja, um quarto das forças terrestres e navais federalistas durante todo o conflito. Muitos outros, atraídos pelo movimento de expansão para o oeste, saem do leste para se instalar nos vastos territórios entre as Grandes Planícies e a Califórnia. No total, esse fluxo migratório envolve cerca de 300 mil pessoas. Apesar da guerra, prossegue a valorização das novas terras do Oeste. O Colorado, graças ao interesse despertado por suas atraentes riquezas minerais, é convertido em território em 1861. O Kansas e o Nevada, por sua vez, fortalecem a União ao adquirir a condição de estados em 1861 e 1864.

Em 1862, tendo o mercado se adaptado claramente à situação de guerra, a retomada dos negócios desenha-se no horizonte, pelo menos para atender às necessidades militares de roupas, alimentos, equipamentos e transportes. Longe de limitar, a luta incentiva a preocupação constante de inovar ou aperfeiçoar as técnicas: encouraçados, fuzis de repetição, lâmpadas de querosene, leite condensado, carnes em conserva, máquinas de costura de Howe e McKay...

Instigado pelos republicanos, interessados em manter suas promessas eleitorais de 1860, o Congresso adota uma série de medidas para fortalecer essa

expansão econômica. A primeira delas, referente à agricultura, é aprovada em 20 de maio de 1862. A chamada lei do *Homestead* responde às expectativas dos pioneiros do Meio-Oeste. Ela oferece a todo cidadão americano com mais de 21 anos, ou a todo imigrante em vias de se naturalizar, 160 acres, isto é, 64 hectares das terras de domínio público da União, mediante o pagamento de uma taxa que varia de 24 a 36 dólares e a promessa de residir no local pelo menos cinco anos. O sucesso da medida é imediato: nos três últimos anos de guerra, 20 mil agricultores partem para a conquista do Oeste, ocupando quase 1,2 milhão de hectares. Em pouco tempo, a União cria um instrumental agrícola sem precedentes.

A segunda medida, igualmente fundamental, está ligada à ampliação da rede ferroviária. Em 1<sup>o</sup> de julho de 1862, o presidente Lincoln assina o *Pacific Railroad Act*, que cria a primeira ferrovia transcontinental do mundo, ligando o vale do Mississippi à Califórnia, entre as cidades de Omaha (Nebraska) e Sacramento (Califórnia). As duas empresas privadas encarregadas das obras, a Union Pacific a partir do Mississippi e a Central Pacific a partir da Califórnia, recebem alocações de terras (25,9 quilômetros quadrados [10 milhas quadradas] para cada 1,609 quilômetro [1 milha] construído) para usar como garantias de seus empréstimos. Em 1864, uma terceira sociedade, a Northern Pacific, compromete-se a construir uma segunda transcontinental entre Saint Paul e Seattle. No entanto, os dois projetos deparam-se com uma série de dificuldades, a tal ponto que as obras do primeiro só serão concluídas em maio de 1869.

Por fim, a terceira medida refere-se ao setor bancário. Em 25 de fevereiro de 1863, o *National Bank Act* cria não um banco central, mas sim um sistema bancário nacional, encarregado de restabelecer a ordem na circulação monetária, de incentivar os investidores e de conter os temidos efeitos da inflação. De fato, como o imposto progressivo sobre a renda (muito moderado) criado em 1861 não rendeu o suficiente, os bancos nacionais são chamados em socorro. Agora ficam obrigados a investir um terço de seus capitais nos bônus federais. Em contrapartida, podem emitir cédulas até um teto de 90% de seus investimentos em apólices do Tesouro. Com uma economia florescente e finanças mais saudáveis, a União arca mais facilmente com o esforço de guerra.

**2. Os sofrimentos do Sul** – Frente à maré montante do Norte, o Sul vê sua desvantagem aumentar de modo irreversível. Rapidamente a guerra parece confirmar a falência de uma sociedade agrária fundada na monocultura algodoeira. À medida que o bloqueio da marinha federal se fecha ao longo de suas costas, os confederados, privados de contatos com o exterior, logo se veem reduzidos à produção local. Além disso, em 5 de agosto de 1864, na baía de Mobile, no Alabama, os rebeldes perdem o controle de seu último porto situado no golfo do México. As proezas esporádicas dos “furadores de bloqueio” não resultam em nada. O Sul sofre uma terrível falta de produtos manufaturados para sustentar a luta.

Assim, o governo de Richmond tem de fazer verdadeiros milagres de organização para montar uma poderosa indústria bélica. O general Gorgas, responsável pelos serviços da intendência, fica encarregado da supervisão dos

trabalhos, em estreita colaboração com os industriais do Sul. As fundições de Richmond, as fábricas de pólvora de Augusta (Geórgia), os arsenais de Selma (Alabama) e Atlanta operam com toda a sua capacidade. Ao contrário de uma ideia corrente, nunca faltaram armas nem munições aos sulistas em campo. Por outro lado, numa guerra em que os transportes desempenham um papel fundamental, a rede ferroviária é mais do que insuficiente e ainda por cima destruída durante a passagem das forças invasoras. Por fim, a indústria têxtil também se vê profundamente atingida pela prioridade dada aos armamentos. Faltam roupas e calçados para civis e soldados, o que obriga uma certa retomada dos processos artesanais. A partir de 1863-1864, as tropas sulinas estão tão esfarrapadas que elas mesmas se batizam de “Miseráveis de Lee”.

A agricultura, forçada muito a contragosto a renegar seu perfil exportador, vê-se na obrigação de proceder a uma reorientação imediata e radical para os gêneros alimentícios de primeira necessidade. No entanto, os produtores sulistas mostram-se muito reticentes, mesmo em nome do esforço de guerra. Vários deles se recusam a essa mudança. É verdade que a reorientação exige tempo e a mobilização dos agricultores com menos de vinte escravos acarreta uma diminuição da atividade agrícola. A partir de 1862, começam a faltar o chá, o café e o sal. Os alimentos circulam com dificuldades de uma cidade a outra e não chegam às tropas por falta de uma rede ferroviária adequada. Em junho de 1863, em Richmond, surge o fantasma da fome. Os preços não param de subir. O preço do barril de farinha é quinze vezes maior do que antes da guerra. Estouram motins em Richmond e Nova Orleans, por conta da fome. A situação logo se torna explosiva, pois ao mesmo tempo ocorre a desvalorização do papel-moeda da Confederação. Em 1863, o dólar-ouro ainda corresponde a três dólares-papel confederados. Em janeiro de 1865, ele vale 53. A partir daí, o governo não tem outra escolha a não ser determinar o congelamento dos preços, a requisição e os impostos em natura. São expedientes malvistos pela população que, longe de solucionar o problema, deterioram ainda mais o moral do Sul.

**3. Lee contra Grant: o impasse na Virgínia** – Em 9 de março de 1864, o Congresso, por iniciativa própria, restabelece o grau máximo de tenente-general, atribuído no passado a George Washington. O presidente Lincoln não tem a menor hesitação em nomear para o cargo o vencedor de Vicksburg e Chattanooga, Ulysses S. Grant. Na capital federal, onde se aguarda com a maior impaciência o desenrolar da última campanha, o novo comandante-geral de todas as forças armadas da União tem uma acolhida triunfal. Dispondo dos meios de execução, responsável pela estratégia geral, o general Grant dirige meio milhão de homens. Assumindo o cargo, ele anuncia sua intenção de exercer a máxima pressão contra a Confederação, já cambaleante, minando-a de todos os lados ao mesmo tempo.

Na frente da Virgínia, onde está concentrado o grosso das forças de Lee, Grant assume pessoalmente o comando. Prepara sem delongas uma campanha de primavera decididamente ofensiva. Sem sentir o mínimo complexo diante de seu formidável adversário, o general nortista está resolvido a tirar a máxima vantagem de sua superioridade de recursos. Em 4 de maio de 1864, cerca de 120

mil federalistas lançam-se ao ataque dos 64 mil confederados posicionados ao sul do rio Rapidan, no norte da Virgínia. Nem Lee nem Grant querem ceder terreno. Os combates sucedem-se a curtos intervalos, às vezes nos mesmos locais. Inflexíveis, os dois comandantes-chefes travam um duelo de gigantes, não hesitando em sacrificar seus soldados. O saldo humano do primeiro mês de combates é assustador. As carnificinas sem glória de Wilderness (de 5 a 7 de maio), de Spotsylvania (de 8 a 12 de maio) e de Cold Harbor (3 de junho) colocam quase 50 mil federalistas fora de combate, contra 30 mil sulinos. Não sem despertar vivas polémicas, Grant inaugura na verdade uma horrível guerra de atrito. Longe de pretender rivalizar com Lee na habilidade de manobras, o comandante federal utiliza ao máximo o poder do número. Com firmeza e sangue-frio, seu objetivo é manter constantemente o exército inimigo ao alcance de suas forças e atormentá-lo sem cessar até que se desintegre. Se Grant sofre reveses, sabe que Lee está sofrendo proporcionalmente muito mais do que ele, o que o estimula a prosseguir a marcha para o sul sem a menor pausa.

Ao preço de sacrifícios terríveis, a estratégia de Grant dá frutos. A campanha ininterrupta mantém Lee ocupado e tira-lhe a possibilidade de recompor suas forças. E principalmente tem o mérito de privar o exército sulino da iniciativa estratégica e da ascendência moral que ele detinha quase desde o início da guerra.

Obrigado a recuar, Lee dispõe de apenas 40 mil homens para defender a capital rebelde. Na metade de junho, premido pela necessidade, ele decide ceder ao ritmo lento da guerra de trincheiras. Numa frente com 67 quilômetros de comprimento cingindo as cidades de Petersburg e de Richmond, suas fortificações formam uma tremenda rede de defesa. Por longos meses, as operações resumem-se a um autêntico cerco, a uma guerra imóvel. Frente a frente, os dois exércitos consomem suas forças em escaramuças parciais com resultados geralmente insignificantes. Em pouco tempo, os soldados passam a empunhar mais a pá e a picareta do que o fuzil. No entanto, Lee ainda não se declara vencido. Em 11 de julho de 1864, Early, que ele enviou numa manobra diversionista atravessando o vale de Shenandoah, está perto de entrar nos subúrbios de Washington. Contudo, repellido pelo inimigo, que aproveita para tomar o vale, o ataque imaginado por Lee não passa, na verdade, de um recurso desesperado para adiar a derrota final.

**4. A campanha de Atlanta** – Na primavera de 1864, o general William T. Sherman, recém-promovido a comandante-chefe dos exércitos nortistas na frente ocidental, obtém a autorização de conduzir suas tropas de Chattanooga até Atlanta, a principal cidade da Geórgia. De lá ele espera chegar à costa e depois entrar no interior das Carolinas. Subindo para o norte, Sherman planeja tomar Richmond, já sitiada por Grant pela retaguarda.

Em 4 de maio, ele se põe em marcha à frente de 100 mil homens. Seu avanço, em pleno coração do território confederado, é fulminante, embora naturalmente exposto às sabotagens e aos ataques de surpresa da cavalaria. Sherman avança com método e determinação, empenhando-se em não deixar nada em sua passagem que possa servir ao exército inimigo. A guerra converte-se numa gigantesca escola de destruição, uma obra de ruína que não poupa

sequer os civis. Perante ela, Joseph Johnston, que dispõe de apenas 50 mil soldados rotos e famintos para deter o avanço nortista, é impotente. Assim, com admiráveis manobras sucessivas contornando por fora, o general Sherman consegue fazer o adversário recuar em Resaca e depois em Cassville. Nas Montanhas Kenesaw, em 27 de junho, ele se arrisca ao embate frontal, com pesadas perdas e uma aguda derrota. Todavia, a exemplo de Grant, ele não se deixa desanimar pelo revés. Pelo contrário, Sherman sente-se seguro da superioridade de seus recursos e arde em voltar para a peleja. Sua belicosidade aumenta, inspirada pela irritação da luta e pelo espírito de vingança. Ela o impele a retomar o avanço. Graças a um enésimo movimento de contorno, em 22 de julho ele chega às portas de Atlanta, onde estão concentrados os sulinos.

Em Richmond, Jefferson Davis critica a atitude puramente defensiva de Johnston, o qual, porém, não tem meios para contra-atacar. Em vez de lhe enviar reforços, o presidente o destitui do comando. Seu substituto é John Bell Hood, um general texano que construiu uma sólida reputação de batalhador incansável. Maneta e perneto desde Gettysburg e Chickamauga, mesmo assim Hood é imprudente demais. Aliás, opondo-se a essa promoção, Lee havia alertado Davis: “É todo leão, sem nada de raposa”. Em campo, Hood realmente é vítima de suas falhas. Com o apoio das fortificações que cercam Atlanta, ele lança uma série de ofensivas para afrouxar o aperto nortista, mas seus ataques, além de infrutíferos, provocam uma chacina. O impetuoso general sulino perde quase metade de suas forças. Em 1<sup>o</sup> de setembro, quando Sherman está a ponto de atacar a cidade, Hood abandona o local e marcha para o noroeste com o objetivo de ameaçar as longas linhas de comunicação da União.

As consequências da campanha de Atlanta são incalculáveis. No espaço de alguns meses, o general Sherman toma o segundo centro industrial do Sul, um depósito de abastecimento essencial e entroncamento ferroviário crucial. Por isso, sua destruição pelas chamas é um dos símbolos mais significativos do desmoronamento do Sul. No plano estratégico, a tomada de Atlanta abre a porta à “marcha para o mar”.

**5. A reeleição de Lincoln** – Enquanto isso, no Norte, a agitação política continua a ameaçar Lincoln. É verdade que os exércitos federalistas são vitoriosos em todas as frentes. O Sul parece condenado, mais cedo ou mais tarde, a depor as armas. No entanto, após três anos e meio de luta, durante o verão de 1864 sopra um vento de desânimo entre a opinião pública. O saldo macabro da campanha de Grant, o ataque de surpresa de Early em Washington ou ainda as duras guerrilhas empreendidas por chefes como Forrest e Mosby não permitem esquecer que ainda está longe a derrota dos sulinos. Em suma, a resistência encarniçada do Sul transtorna os cálculos mais otimistas.

Em vista disso, aumenta o número dos partidários da paz, não se limitando aos membros do partido democrata. Horace Greeley, diretor do poderoso *New York Tribune* e ardoroso republicano, pede a Lincoln para “tomar a iniciativa da paz ou abrir imediatamente as negociações”. Além disso, o presidente é alvo constante dos extremistas de seu próprio partido, os “radicais”, que o recriminam por tomar medidas generosas em relação aos estados sulinos reconquistados. Em

31 de maio, depois de tentar propor em vão a candidatura de Simon Chase, ministro da Fazenda, eles indicam Frémont como candidato durante uma convenção oficiosa realizada em Cleveland. Contudo, essa minoria ruidosa não encontra ressonância suficiente, pois em 7 de junho a convenção oficial do partido republicano escolhe Lincoln. Em 29 de agosto, os delegados do partido democrata reunidos em Chicago decidem pela candidatura do general George B. McClellan, a menina dos olhos do exército, ao qual se atribui erroneamente a vontade de pôr termo às hostilidades.

No final do verão, porém, os acontecimentos militares dão crédito a Lincoln. Logo se fazem sentir as consequências do avanço de Sherman e das vitórias dos cavaleiros de Sheridan no vale de Shenandoah. Assim, em 8 de novembro de 1864, o resultado da eleição presidencial é claro. Lincoln vence em 22 estados e recebe 212 votos do colégio eleitoral, contra respectivamente 3 e 21 para McClellan. Na esteira da vitória, o partido republicano conquista no Congresso uma maioria esmagadora.

**6. A “marcha para o mar”** – Chegando a Atlanta, Sherman concebe um plano loucamente temerário. Confiando ao general Thomas e a uma parte de seu exército a incumbência de vigiar as movimentações sempre perigosas de Hood perto da linha Chattanooga-Atlanta, ele decide continuar o avanço. Seu objetivo: penetrar profundamente no território rebelde até a cidade de Savannah, na costa atlântica. Para fazer tal incursão, o comandante nortista ordena que as tropas destruam à vontade a região por onde passarem. Em 16 de novembro, Sherman inicia sua famosa marcha, sem dúvida alguma a mais feroz já vista em solo americano.

Nesse interim, o general Hood não está inativo. Com um exército fraco, desmoralizado, com muitas deserções, ele se lança à conquista do Tennessee. Sem apoio logístico, a operação logo se torna um pesadelo. Em 30 de novembro, durante o combate de Franklin, o general sulino lança suas tropas em andrajos num ataque suicida. Desentendendo-se com seus subordinados, Hood finalmente sofre uma derrota calamitosa em 16 de dezembro diante de Nashville.

Enquanto isso, na Geórgia, o avanço de Sherman é fenomenal. Com os movimentos totalmente livres, quase sem nenhuma oposição militar, o comandante federalista empreende uma verdadeira guerra psicológica com o objetivo de dobrar o ânimo do adversário. Emprega-se a tática de incendiar a terra. As devastações causadas por suas “colunas infernais” ao longo do percurso provocam assombro na população. Numa faixa de território com quase quinhentos quilômetros de comprimento por oitenta quilômetros de largura, Sherman deixa apenas cinzas atrás de si. Em 21 de dezembro, finalmente chegando a Savannah, a cidade é entregue à pilhagem. Agora reabastecidos por via marítima, os federalistas precisam apenas subir de novo para o norte para cercar o exército de Lee. Sob as ordens de Johnston, designado às pressas para assumir um comando, os sulinos tentam organizar uma resistência mais eficaz. Porém, suas forças de aproximadamente 20 mil homens não conseguem deter a marcha de Sherman. Na Carolina do Sul, onde são libertados vários milhares de escravos, as destruições são ainda mais pavorosas. O ataque assume a aparência de uma expedição punitiva. Em 17 de fevereiro de 1865, Colúmbia, a capital do

estado, consome-se num incêndio. Alguns dias depois, captura-se Charleston, o berço da secessão. Em março, os dias da Confederação estão contados.

### III. O triunfo da União

**1. O desmoronamento da Confederação** – Na frente da Virgínia, entre Richmond e Petersburg, o rigor do inverno de 1864-1865 havia provocado a suspensão temporária das operações. No entanto, não há nenhuma dúvida sobre o desfecho da luta. O jogo já está decidido. Depois que Sheridan incendiou e cobriu de sangue todo o vale de Shenandoah, reservatório de grãos da Confederação, o exército de Lee sofre uma grave escassez de provisões. Além disso, a notícia do ataque vitorioso de Sherman na retaguarda quebra a combatividade dos soldados de uniforme cinzento. Muitos deles, completamente desgostos com a guerra, perderam toda a confiança na “grande causa”. Em 3 de fevereiro, Stephens, vice-presidente dos Estados Confederados, indo se encontrar com Lincoln em Hampton Roads, não consegue negociar uma saída diplomática vantajosa para o Sul. Assim, as deserções em massa vão esvaziando as fileiras. Lee, que finalmente havia recebido de Davis o título de generalíssimo das forças armadas confederadas, é incapaz de reconstituir suas forças. Nas ruas de Richmond, onde grassa a fome, distribuem-se armas a velhos e crianças. Como última manobra desesperada, o Congresso confederado ratifica em 13 de março uma medida autorizando o recrutamento dos negros no exército, dando-lhes alforria. Todavia, devido à guinada dos acontecimentos, a decisão não tem efeito prático.

No final do mês de março, Grant, Meade e Sheridan retomam a ofensiva conjunta à frente de um gigantesco exército de 120 mil homens. Em 2 de abril, atinge-se o ponto de ruptura. Lee evacua suas trincheiras de Petersburg e refugia-se a oeste. Richmond é tomada. Durante alguns dias, os 30 mil soldados que restam a Lee ainda travam alguns combates contra seus perseguidores. Contudo, em 6 de abril, os cavaleiros de Sheridan tomam o último comboio de carga destinado ao exército da Virgínia do Norte. Sabendo que agora qualquer resistência seria inútil, milhares de sulinos entregam-se como prisioneiros. Então, Lee tem de enfrentar a realidade. Para evitar que suas tropas se lancem numa interminável guerrilha, ele anuncia sua intenção de capitular, embora preferisse “sofrer mil mortes”. Assim, em 9 de abril, um domingo, após uma rápida troca de bilhetes, os dois comandantes-chefes encontram-se no Tribunal de Appomattox para assinar a declaração de rendição. É uma cena inesquecível: o general Grant, chegando atrasado, vestindo uma simples jaqueta desabotoada, mostra toda a deferência por seu adversário, trajando seu mais belo uniforme, com o rosto impassível. Seguindo as instruções de Abraham Lincoln, o vencedor é magnânimo. Os termos da capitulação são, de fato, generosos: muito oportunamente, Lee consegue que seus companheiros de armas não sejam perseguidos por traição, que possam manter os cavalos para voltar a seus lares e que recebam rações, trazidas aos milhares do outro lado das linhas, para aliviar seu sofrimento. Três dias depois, o general Grant chega a se permitir um gesto altamente simbólico ao exigir que se prestem honras aos sulinos, que vieram entregar suas bandeiras.

Em 18 de abril, Johnston rende-se a Sherman na Carolina do Norte. Em

26 de maio, as últimas tropas confederadas cessam os combates. Dessa vez, a guerra civil realmente termina. Soa a hora da reconciliação.

**2. O assassinato de Lincoln** – No Norte, a notícia da capitulação dá origem a cenas de imenso júbilo popular. Em Washington, o presidente Lincoln, preocupado com a tremenda tarefa que o aguarda, lança apelos à concórdia e à confraternização. Como repete várias vezes em seu discurso de 11 de abril, ele pretende construir uma paz duradoura e, para trazer os estados rebeldes de volta ao seio da União, anuncia medidas generosas em relação a eles, para grande desgosto dos extremistas republicanos.

Na noite de 14 de abril, no teatro Ford, um dos mais renomados de Washington, um acontecimento horrível vem acrescentar uma dimensão ainda mais trágica ao final da luta. Presente entre o público, assistindo a *Nosso primo da América*, uma comédia inglesa muito em voga, Lincoln cai sob os golpes assassinos de John Wilkes Booth, um ator fracassado, desequilibrado e defensor da causa sulina. Na manhã seguinte, Lincoln sucumbe aos ferimentos, tornando-se o primeiro presidente assassinado na história dos Estados Unidos. O vice-presidente Andrew Johnson, que escapou por pouco a um atentado num hotel da capital, assume o cargo. Booth é perseguido implacavelmente, até que as forças policiais o matam numa fazenda da Virgínia, onde havia se refugiado. Seus comparsas, interrogados e julgados, também são executados. Jefferson Davis, capturado em 10 de maio na Geórgia e injustamente acusado de cumplicidade, é preso. Será libertado apenas em 1867.

No balanço final, o assassinato de Lincoln é uma verdadeira calamidade para o país. Com seu carisma, o “grande emancipador” era o único capaz de impor suas posições ao conjunto da nação, o único dirigente em condições de refrear os extremismos e garantir aos Estados Confederados uma paz sem vingança.

## CAPÍTULO VI

### A RECONSTRUÇÃO

Após quatro anos de luta fratricida, os Estados Unidos apresentam o aspecto de um país abatido e enlutado. A União, sem dúvida, foi preservada e os escravos foram libertados. Porém, com o desaparecimento de Lincoln, a Reconstrução anuncia-se como uma tarefa no mínimo árdua. De ambos os lados, os rancores e as paixões não se extinguem facilmente. Assim, os anos seguintes são especialmente tumultuados, sobretudo nos estados sulinos arruinados, aviltados e submetidos à lei dos vencedores.

#### I. Balanço inicial

O volume de perdas humanas registrado pelos dois exércitos mostra a ferocidade dos combates e a tremenda eficácia do material bélico moderno: 620 mil americanos pagaram com suas vidas a terrível experiência da guerra civil, sendo 360 mil nortistas e 260 mil sulinos. Em média, foram mortos 20% dos combatentes. Contudo, nesse total, cerca de 400 mil soldados sucumbiram não nos campos de batalha, e sim nos hospitais ou nas prisões, principalmente de disenteria, tifo, pneumonia e malária ou de causas acidentais. O número de feridos, mutilados e inválidos é muito mais difícil de calcular. De acordo com estudos recentes, deve beirar a casa do milhão. O Sul, mais afetado por ser menos povoado, perdeu 20% de sua população ativa.

Como explicar tais hecatombes? Por que o total das perdas da Guerra da Secessão é, sozinho, quase igual à soma de todos os outros conflitos de que os Estados Unidos têm participado desde as suas origens?

Hoje, para os especialistas nessa guerra, a pergunta já tem resposta. Segundo eles, a luta americana, situada entre as guerras da época napoleônica e os grandes conflitos do século XX, constitui uma virada decisiva na evolução das concepções militares e, portanto, deve ser considerada a primeira guerra moderna da história. A invenção de novas armas, terrivelmente mortais (fuzis de alma raiada, balas cônicas Minié), a quantidade dos efetivos engajados (3 milhões num total de 14 milhões disponíveis), o tamanho imenso do campo de operações, a importância dos meios de transporte e comunicação (ferrovias, telégrafo, sinais óticos) e, por fim, a organização de operações anfíbias dão provas suficientes disso.

O alto preço em vítimas nos dois exércitos explica-se principalmente pela prioridade dada à ofensiva, pouco compatível com o desenvolvimento de armas de tiro rápido, e pelos conhecimentos insuficientes na área médico-cirúrgica. Os exemplos mais claros são os ataques, certamente gloriosos, mas também anacrônicos e sangrentos dos sulinos em Gettysburg ou dos nortistas em Cold Harbor.

Os prejuízos materiais são grandes. A vitória do Norte é completa, tal

como a derrota do Sul é esmagadora. A marcha dos exércitos e a intensidade das batalhas reduziram os estados rebeldes a cinzas. É verdade que nem todas as regiões foram igualmente devastadas. Não obstante, da Virgínia ao Texas, são incontáveis as cidades e campos arrasados, as lavouras incendiadas, os caminhos repletos de soldados desmobilizados sem um tostão, os milhares de escravos alforriados esperando algum destino e, por fim, os bandos de fora da lei que tomam conta dos espaços sem autoridade. Tal é a envergadura dos problemas que o governo federal deve enfrentar ao término da guerra.

## **II. A reconstrução presidencial**

Desde dezembro de 1863, Lincoln havia traçado uma linha de conduta para reintegrar os estados do Sul à União: perdão imediato a todos (exceto os principais dirigentes rebeldes) que aceitem prestar um juramento de lealdade à bandeira federal, apoio aos sulinos que desejem formar governos leais e intervenção de governadores militares. No entanto, o Congresso, que agora está nas mãos dos republicanos “radicais”, recusa-se a acatar as iniciativas presidenciais, julgando-as demasiado benevolentes em relação aos “traidores”. Então se dá uma queda de braço entre o Executivo e o Legislativo. O conflito acirra-se após o assassinato de Lincoln, notadamente porque o novo presidente, Andrew Johnson, é um democrata, um homem do Tennessee ligado à União e um político que nem de longe tem a mesma estatura de seu predecessor.

Portanto, sofrendo a hostilidade dos “radicais”, a política moderada que ele pretende seguir na esteira de Lincoln encontra apoio apenas entre alguns democratas federalistas. No Congresso, os extremistas do partido republicano, insuflados por Thaddeus Stevens, presidente da comissão orçamentária do Senado, querem tratar os estados sulinos como províncias conquistadas e punir os rebeldes. Em 18 de dezembro de 1865, quando a Décima Terceira Emenda, sobre a abolição da escravatura, é integrada à Constituição, os “radicais” não se dão por satisfeitos. Agora querem conceder aos ex-escravos a totalidade dos direitos civis, esperando assim ganhar um eleitorado no Sul suficiente para permitir a implantação do partido republicano naquela área. Por outro lado, nos estados rebeldes já readmitidos na União, os cargos públicos são ocupados por saudosistas da antiga Confederação e, ainda mais grave, são promulgados “Decretos negros” para manter a população de cor em condições inferiores. Em 4 de maio de 1866, ocorrem cenas de ódio racial em Memphis, no Tennessee.

A política laxista de Johnson, que abusa inutilmente de seu direito de veto no Congresso, logo passa a ser criticada. Em verdade, por duas vezes rompe-se o veto presidencial. Na primeira vez, em fevereiro de 1866, os membros do Congresso conseguem fortalecer os poderes da Agência dos Libertos, criada em março de 1865 com a finalidade de ajudar os escravos alforriados distribuindo-lhes alimentos e sementes. A partir daí, a Agência obtém o direito de levar a julgamento qualquer pessoa acusada de privar os negros de seus direitos civis. Na segunda vez, em 6 de abril do mesmo ano, o Congresso determina a adoção da Décima Quarta Emenda da Constituição, concedendo aos negros os mesmos direitos civis dos brancos. Ela será aprovada em 28 de julho de 1868. Agora a ruptura está consumada, tanto é que as eleições legislativas de novembro de 1866

representam um autêntico triunfo dos “radicais”. O presidente Johnson perde definitivamente o controle da Reconstrução.

### III. A supremacia dos “radicais”

A partir daí, o legislativo está com as mãos livres para votar uma série de medidas drásticas. O Sul é dividido em cinco distritos militares, nos quais passa a vigorar a lei marcial (lei de março de 1867). Todos os estados dissidentes são obrigados a realizar convenções, das quais estão excluídos os antigos dirigentes, para votar novas constituições que assegurem o direito de voto aos negros e adotem a Décima Quarta Emenda. Graças ao sufrágio dos negros, as eleições nas convenções são um sucesso considerável para os delegados “radicais” (setembro-dezembro de 1867), que assim conseguem aprovar a maioria das novas constituições entre fevereiro e maio de 1868. Curiosamente, a Décima Quinta Emenda da Constituição, que reconhece o direito de voto dos negros, só entra em vigor no escalão federal em 30 de março de 1870, ou seja, cerca de dois anos depois de ter sido imposta ao Sul.

Seja como for, os estados sulinos são gradualmente reintegrados à União americana. Depois do Tennessee, o único que se reintegrou logo após a guerra, sete antigos estados rebeldes seguem o mesmo caminho no final de 1868 (Arkansas, Alabama, Flórida, Geórgia, Luisiana, Carolina do Norte, Carolina do Sul) e depois os três últimos (Mississippi, Texas, Virgínia) em 1870.

Desde o fim das hostilidades, a resistência organiza-se nos estados do Sul, com o nascimento de poderosas sociedades secretas como a Ku Klux Klan e as ligas brancas (Filhos do Sul, Cavaleiros da Camélia Branca, Fraternidade Branca, Cavaleiros da Cruz Negra). Empreendem-se atos de violência e intimidação não apenas para dissuadir os negros de exercer seus novos direitos civis, mas também para perturbar a ação dos novos governos “radicais”, que só se mantêm graças ao apoio e ao voto dos ex-escravos. À sombra dessas novas autoridades, os *carpetbaggers*, nortistas que vieram se estabelecer (e muitas vezes enriquecer) no Sul após a guerra, e os *scalawags*, sulinos que em boa hora se aliaram ao partido republicano, são acusados de opressão, de injustiça e até de extravagância financeira. Os antigos confederados enaltecem, com métodos frequentemente brutais, a ideia da “supremacia branca”, uma forma de mostrar que não pretendem ceder na questão racial.

Terá melhorado o destino dos negros em 1877, quando o presidente Rutherford Hayes dá ordens para que as últimas tropas federais saiam do Sul – no caso, da Luisiana e da Carolina do Sul? Na verdade não, exceto pela alforria. Desde o mandato do general Grant (1868-1876), os nortistas manifestam um certo cansaço. O espírito missionário extingue-se. Os escândalos do governo Grant, a crise econômica de 1863, os problemas monetários e os percalços da conquista do Oeste são muito mais preocupantes. Aos olhos da opinião pública, a causa dos negros passa para o segundo plano. Assim, as condições econômicas dos ex-escravos são deploráveis. Longe de receber os “quarenta acres e uma mula” a que aspiravam para garantir uma relativa independência material, muitos negros são obrigados a trabalhar para seus antigos senhores, seja como

operários agrícolas, seja como rendeiros. Pouquíssimos encontram trabalho nas minas de sal e carvão, e menos ainda nas raras fábricas do Sul, reservadas apenas aos brancos.

No plano político e social, a situação deles é igualmente lastimável. Em maio de 1872, a lei da anistia aprovada no Congresso, que devolve à maioria dos brancos o gozo de seus direitos, pretendia criar as condições favoráveis para a pacificação no Sul. Em vez disso, ela permite que os brancos conservadores recuperem rapidamente seus direitos. Em pouco tempo, os democratas do Sul reconquistam o poder. Em novembro de 1876, com seu apoio, o candidato democrata Samuel Tilden quase chega à magistratura suprema.

Eleito, porém, o republicano moderado Rutherford Hayes, este não hesita em elaborar um termo de compromisso com todos os adversários eleitorais, inclusive os sulinos. Aos poucos, a unanimidade nacional é reconstruída em detrimento dos negros, que se tornam cidadãos de segunda categoria. Duas sentenças do Supremo Tribunal mostram a extensão do fato. Ainda em 1876, os estados obtêm a liberdade de estabelecer o quadro de relações entre negros e brancos dentro de seus territórios. Isolados, humilhados e ameaçados, os negros do Sul perdem o direito de voto. Abre-se o caminho para a segregação racial. Em 1896, ou seja, vinte anos mais tarde, o Supremo Tribunal chega a reconhecer sua legalidade no caso *Plessy contra Ferguson*. A escravidão deu lugar à discriminação.

#### **IV. A memória da guerra**

Os fracassos da Reconstrução mostram bem os tormentos de uma sociedade profundamente marcada pela experiência da guerra civil, mas a extensão do traumatismo requer algumas explicações. Nenhuma família saiu ileso, em maior ou menor grau, da insensatez sangüinária. Durante o conflito, e até mesmo depois, as mais variadas obras e reportagens mostram aos americanos o verdadeiro rosto da guerra, muito distante do romantismo tradicionalmente associado a ela. Pela primeira vez um confronto ganha ampla cobertura. Graças aos depoimentos dos correspondentes de guerra enviados pelos diversos órgãos de imprensa, aos desenhos e quadros de artistas renomados, como Winslow Homer e Alfred Waud, ou ainda aos poemas de Walt Whitman, o grande público segue a evolução dos combates com grande ansiedade. Os comunicados oficiais, portanto, não são mais as únicas fontes de informação capazes de orientar a opinião pública.

Acima de tudo, porém, a Guerra da Secessão é o primeiro conflito a ter cobertura fotográfica, embora existam alguns clichês das operações da Crimeia (1853-1855). A enorme difusão de milhares de fotografias, tiradas por Matthew Brady e Alexander Gardner, entre outros, mostra aos contemporâneos horrorizados os terrenos juncados de cadáveres e as paisagens devastadas pela intensidade das batalhas. Em suma, estão reunidos todos os ingredientes para que a lembrança da guerra civil ainda continue a assombrar por muito tempo a memória coletiva dos americanos.

Os antigos combatentes, desmobilizados em tempo recorde, ocupam aqui uma posição central. Entre os 3 milhões de homens que usaram o uniforme azul

ou cinzento entre 1861 e 1865, muitos têm dificuldade em se reintegrar à sociedade civil, traumatizados pelo resto da vida pelo que viram ou passaram. Por meio de associações como o Grand Army of the Republic, de publicações, comemorações e reuniões de várias espécies, a maioria dos combatentes que escaparam ao inferno das batalhas, sobreviveram a seus ferimentos ou às pavorosas condições de prisão (especialmente em Andersonville, na Geórgia) mantém viva a lembrança da guerra. Para essa geração sacrificada, esse verdadeiro culto é uma forma de reivindicar um lugar próprio dentro do corpo social, de desfiar suas façanhas e, naturalmente, de render homenagem aos desaparecidos. Aliás, inúmeros políticos de todas as cores exploram para fins eleitorais a lembrança calcinada dos sacrifícios oferecidos, a tal ponto que, na virada do século, ainda faz sucesso brandir a “camisa ensangüentada”.

No Sul, onde os transtornos são mais sérios, antigos confederados não aceitam a derrota e alimentam o mito persistente da “causa perdida”. É nesse terreno propício a um clima de extrema violência, ilustrado pelos crimes de fora da lei como Jesse James ou de sociedades secretas como a Ku Klux Klan, que os estados do Sul afundam-se aos poucos no final do século XIX.

No começo do século XX, muitas décadas após a capitulação do general Lee, o Sul ainda não se reconciliou com o destino que lhe fora reservado. Nos anos 1920, a Ku Klux Klan vive uma breve, mas efetiva, renovação do ardor nacionalista. Em 8 de agosto de 1925, são quase 40 mil militantes desfilar nas ruas de Washington com túnicas brancas e capuzes em ponta, revelando de forma bastante inquietante a persistência das tensões, particularmente raciais.

As frustrações do Sul também se encontram no cerne de várias criações literárias. A Guerra da Secessão, seus horrores e suas consequências na sociedade são mitos obsessivos nas obras de William Faulkner, Robert Penn Warren ou ainda Thomas Nelson Page, todos eles ciosos em preservar a herança sulina. De *O nascimento de uma nação* (1915), de David W. Griffith, obra-prima do cinema mudo e ao mesmo tempo florão do cinema racista, ao inesquecível *E o vento levou* (1939), de Victor Fleming, adaptação do famoso romance de Margaret Mitchell, a sétima arte, por sua vez, expressa todo o mal-estar de uma civilização decaída. Por isso, Henry Miller ainda pode escrever com razão nos anos 1940: “O Sul continua a ser uma enorme ferida aberta”.

## CONCLUSÃO

Resultante de meio século de rivalidades e tensões internas entre o Norte e o Sul, a Guerra da Secessão é muito mais do que um acidente de percurso na história dos Estados Unidos. Na verdade, aos olhos dos americanos, ela assume a forma específica de uma tragédia, de um autêntico drama nacional cujo traumatismo ainda é muito visível deste lado do Atlântico.

Tal avaliação pode ser justificada por diversos elementos. Em primeiro lugar, porque as chagas da luta afetaram a trama da história americana até data recente. As devastações causadas pela intensidade das batalhas e pela marcha dos exércitos nortistas condenaram o Sul a um persistente subdesenvolvimento, do qual ele só consegue sair a duras penas após a Segunda Guerra Mundial, com as obras realizadas na bacia do Mississipi, a exploração do gás e do petróleo ao longo do golfo do México e, em época mais próxima de nós, a migração dos americanos para o *Sun belt*. Contudo, ainda hoje, os grandes centros de negócios da Geórgia, do Texas ou do Tennessee não se iludem, pois, tirando as metrópoles internacionais que são Atlanta, Houston e Dallas, o Alabama, o Arkansas e o Mississippi são os três estados mais pobres do país.

No plano político e social, por muito tempo a marca do conflito afigurou-se indelével. Entre Abraham Lincoln e Franklin D. Roosevelt, apenas dois presidentes americanos, Grover Cleveland e Woodrow Wilson, são democratas. A vitória da união segue-se a supremacia do partido republicano, embora o Sul mantenha-se majoritariamente fiel aos democratas até os anos 1960. Além disso, não se pode esquecer que os fracassos da Reconstrução levaram os negros a tomar o longo caminho da contestação – que só teve fim no governo de Lyndon B. Johnson – para conquistar seus plenos direitos civis.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que a Guerra da Secessão não se limitou a garantir a continuidade da União. Sem dúvida, no crisol dos campos de batalha da Virgínia, da Geórgia e do Tennessee, forjaram-se os destinos de uma jovem nação cujo crescimento já fora previsto por Tocqueville. Selando definitivamente a unidade dos Estados Federados, o triunfo de Lincoln preservou os fundamentos de uma nação chamada a desempenhar um papel decisivo no curso da humanidade. Sob outro aspecto, os acontecimentos que se desenrolaram em 1861 e 1865 contribuíram para dar uma verdadeira consistência ao espírito nacional. Muito mais do que os combates travados pela independência, foi a experiência macabra da guerra civil que consolidou os americanos como um povo unido, consciente de viver uma aventura comum. Em resumo, se a Guerra da Secessão não criou os Estados Unidos, pode-se dizer com certeza que foi seu segundo nascimento.

Por fim, a tragédia continua a ocupar um lugar fundamental na memória coletiva dos americanos. Por meio do cinema, da literatura, dos estudos históricos e dos inúmeros monumentos dedicados aos desaparecidos, sobrevive a lembrança da guerra civil. As admiráveis fotografias de Matthew Brady, de Timothy O'Sullivan e de Alexander Gardner continuam a resistir ao tempo. Os

especialistas do período continuam a debater em intermináveis disputas partidárias. Sociedades de estudos, como a Daughters of the Confederacy, dilettantes e aficionados da reconstituição histórica continuam a percorrer os caminhos trilhados por seus heróis. Atualmente, Lincoln, Lee, Grant e Jackson são reverenciados como os semideuses de uma autêntica epopeia nacional.

Por vezes, as comemorações no Sul ainda evocam a nostalgia de uma grandeza perdida, o que, por outro lado, não deixa de alimentar polêmicas. A comunidade negra indigna-se, por exemplo, com a presença da bandeira confederada a drapejar, sobretudo em Atlanta. A Ku Klux Klan, por sua vez, hoje reúne apenas alguns milhares de defensores da supremacia branca, mas continua a existir, sinal evidente de que as paixões ainda não arrefeceram por completo.

Decorridos 140 anos, a Guerra da Secessão continua a marcar os corações e os espíritos, pois, se os americanos terminaram de curar a grande ferida aberta pela luta, as cicatrizes ainda não desapareceram.

## **CRONOLOGIA**

- 1860** 6 de novembro: eleição de Lincoln para a Presidência  
20 de dezembro: secessão da Carolina do Sul
- 1861** 9 de fevereiro: criação dos Estados Confederados da América  
12-14 de abril: canhonada do Forte Sumter (Carolina do Sul)  
21 de julho: derrota nortista em Bull Run (Virgínia)
- 1862** março-julho: campanha de McClellan na Virgínia  
29 de abril: tomada de Nova Orleans  
20 de maio: lei do *Homestead*  
17 de setembro: reveses dos sulinos em Antietam (Maryland)
- 1863** 1<sup>o</sup> de janeiro: proclamação da libertação dos escravos  
1<sup>o</sup>-3 de julho: derrota de Lee em Gettysburg (Pensilvânia)  
4 de julho: queda de Vicksburg (Mississippi)
- 1864** maio-junho: campanha infrutífera de Grant na Virgínia  
2 de setembro: tomada de Atlanta pelas tropas de Sherman  
8 de novembro: reeleição de Lincoln  
15 de novembro-21 de dezembro: “marcha para o mar”
- 1865** 9 de abril: rendição de Lee em Appomattox (Virgínia)  
14 de abril: assassinato de Lincoln  
18 de dezembro: abolição da escravatura (Décima Terceira Emenda)
- 1868** 28 de julho: entrada em vigor da Décima Quarta Emenda  
**1870** 30 de março: entrada em vigor da Décima Quinta Emenda  
**1877** Fim oficial da Reconstrução

## REFERÊNCIAS

Em francês

CATTON, B. *La guerre de Sécession*. Paris: Payot, 2002.

FRAYSSÉ, O. *Abraham Lincoln, la terre et le travail*. Paris: Publication de la Sorbonne, 1988.

HEFFER, J. *Les origines de la guerre de Sécession*. Paris: PUF, 1971.

KASPI, A. *La guerre de Sécession. Les États désunis*. Paris: Gallimard, 1992.

LEMAÎTRE, R. *La guerre de Sécession en photos (1861-1865)*. Paris: Elsevier-Séquoia, 1975.

MCPHERSON, J. *La guerre de Sécession (1861-1865)*. Paris: Robert Laffont, 1991.

OATES, S. *Lincoln*. Paris: Fayard, 1984.

Em inglês

BERINGER, R.; HATTAWAY, H.; JONES, A.; STILL, W. *Why the South lost the Civil War*. Athens: University of Georgia Press, 1986.

EICHER, D. J. *The Longest Night. A Military History of the Civil War*. Nova York: Simon & Schuster, 2001.

HEIDLER, D.; HEIDLER, J. (orgs.). *Encyclopedia of the American Civil War*. Nova York: W. W. Norton & Co., 2002.

MCPHERSON, J. *Ordeal by Fire. The Civil War and Reconstruction*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1982.

NEVINS, A. *The Ordeal of the Union* (2 vol.), *The Emergence of Lincoln* (2 vol.), *The War for the Union* (4 vol.). Nova York: Charles Scribner's Sons, 1947-1971.

WARD, G. C.; BURNS, R.; BURNS, K. *The Civil War. An Illustrated History*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1991.

Farid Ameer é pesquisador do Centro de Pesquisas de História Norte-Americana (CRHNA), na Sorbonne.

Texto de acordo com a nova ortografia.

Título original: *La Guerre de Sécession*

Tradução: Denise Bottmann

Capa: Ivan Pinheiro Machado. Ilustração: Gravura da Guerra da Secessão de autor desconhecido.

Preparação de original: Elisângela Rosa dos Santos

Revisão: Gustavo de Azambuja Feix

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

A538G

Ameer, Farid

Guerra da Secessão / Farid Ameer; tradução: Denise Bottmann. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

(Coleção L&PM POCKET; v.865)

Tradução de: *La Guerre de Sécession*

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978.85.254.2952-0

1. Estados Unidos - História - Guerra civil, 1861-1865 I. Título. II. Série.

10-1119. CDD: 973.7

CDU: 94(73)“1961/1965”

---

© Presses Universitaires de France, *La Guerre de Sécession*

Todos os direitos desta edição reservados a L&PM Editores

Rua Comendador Coruja 326 – Floresta – 90220-180

Porto Alegre – RS – Brasil / Fone: 51.3225.5777 – Fax: 51.3221-5380

PEDIDOS & DEPTO. COMERCIAL: vendas@lpm.com.br

FALE CONOSCO: info@lpm.com.br

www.lpm.com.br